

REVISTA
DA FACULDADE DE
DIREITO DA
UNIVERSIDADE
DE LISBOA

LISBON
LAW
REVIEW

2019/2



LXI

Revista da Faculdade de Direito
da Universidade de Lisboa
Periodicidade Semestral
Vol. LXI – 2019/2

LISBON LAW REVIEW

COMISSÃO CIENTÍFICA

Christian Baldus (Universidade de Heidelberg)
Dinah Shelton (Universidade de Georgetown)
Jose Luis Diez Ripolles (Universidade de Málaga)
Juan Fernandez-Armesto (Universidade Pontifícia de Comillas)
Ken Pennington (Universidade Católica da América)
Marco António Marques da Silva (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Miodrag Jovanovic (Universidade de Belgrado)
Pedro Ortego Gil (Universidade de Santiago de Compostela)
Pierluigi Chiassoni (Universidade de Génova)
Robert Alexy (Universidade de Kiel)
Burkhard Hess (Instituto Max Planck de Luxemburgo)
Jean-Louis Halpérin (Escola Normal Superior de Paris)
Marc Bungenberg (Universidade do Sarre)

DIRETOR

Luís Menezes Leitão

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Dário Moura Vicente
Fernando Loureiro Bastos
Pedro Caridade de Freitas
Nuno Cunha Rodrigues

SECRETÁRIO DE REDAÇÃO

Guilherme Grillo

PROPRIEDADE E SECRETARIADO

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade – 1649-014 Lisboa – Portugal

EDIÇÃO, EXECUÇÃO GRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO
LISBON LAW EDITIONS

Alameda da Universidade – Cidade Universitária – 1649-014 Lisboa – Portugal

ISSN 0870-3116

Depósito Legal n.º 75611/95

Data: Abril, 2020

IN MEMORIAM

- **Jorge Miranda**
7-10 Homenagem ao Professor Doutor André Gonçalves Pereira
- **Fausto de Quadros**
11-20 *In memoriam* André Gonçalves Pereira
- **Jorge Miranda**
21-22 Na homenagem ao Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral
- **Jorge Miranda**
23-24 Na homenagem ao Professor Doutor Augusto Silva Dias
- **Teresa Quintela de Brito**
25-27 Homenagem ao Professor Doutor Augusto Silva Dias

DOCTRINA

- **Luís de Lima Pinheiro**
31-59 Report on the application of Regulation (EU) No. 1215/2012 on jurisdiction and enforcement of judgments in civil and commercial matters by Portuguese courts
- **Dário Moura Vicente**
61-72 O contributo da *Lei da Boa Razão* para o Direito Comparado e o seu ensino: breve relance
The contribution of the *Law of Good Reason* to Comparative Law and its teaching: an overview
- **Carla Amado Gomes**
73-91 Uma professora de Direito do Ambiente à beira de um ataque de nervos
A professor of Environmental law on the verge of a nervous breakdown
- **Filipe de Arede Nunes**
93-139 As questões do Estado e da revolução na filosofia política de Álvaro Cunhal: entre o dogmatismo e a tese da transição pacífica (1960-1967).
The issues of State and Revolution in Political Philosophy of Álvaro Cunhal: between dogmatism and the thesis of Peaceful Transition
- **Pedro Lomba**
141-176 Romantismo político e constitucionalismo identitário: o paradoxo do conceito romântico de povo
Political romanticism and identitarian constitutionalism: the paradox of the romantic concept of people

———— **Stéphane Pinon**

177-210 La Constitution de 1958 face aux nouveaux défis du XXI^e siècle
The 1958 Constitution in the face of the new challenges of the 21st century

———— **Afonso Chuva Brás**

211-246 Direito da União Europeia, Mutações Constitucionais e Sistema de Governo
European Union Law, Constitutional Mutations And System Of Government

———— **Bruno Immanuel Striebel**

247-264 The Principle of Reciprocity and Foreign Direct Investment in the EU

———— **Beatriz Rebelo Garcia**

265-278 *O levantamento do efeito suspensivo automático* no âmbito do contencioso pré-contratual – Reflexões a propósito do Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 4 de outubro de 2017, Proc. N.º 1329/16
The automatic suspensive effect lifting in the context of pre-contractual litigation – Reflections based on the Judgment of the Central Administrative South Court, of 4 October 2017, Proc. No. 1329/16

———— **Beatriz Medina Vera-Cruz Pinto**

279-296 Natureza jurídica e funcionamento da substituição pupilar
Legal nature and functioning of pupillary substitution

———— **Cláudio Thiago Graes Quintas**

297-309 Recensão: Isabel Banond, *António Bernardo da Costa Cabral-Traços de Oratória em Diálogo com os seus pares*, Assembleia da República, Lisboa, 2015, 361 páginas, ISBN 978-972-556-600-8

As questões do Estado e da revolução na filosofia política de Álvaro Cunhal: entre o dogmatismo e a tese da transição pacífica (1960-1967)

The issues of State and Revolution in Political Philosophy of Álvaro Cunhal: between dogmatism and the thesis of Peaceful Transition

Filipe de Arede Nunes*

Sumário: 1. Origens e justificações do conflito sino-soviético. O movimento comunista internacional na transição entre os anos cinquenta e sessenta: do XX Congresso do PCUS à “carta dos 25 pontos”. 2. Entre o revisionismo e o esquerdismo. *Rumo à Vitória* ou o prenúncio da Queda? 2.1. Da “Política de Transição”, à denúncia do culto de personalidade e do centralismo no trabalho da Direcção. 2.2. A correcção do desvio de direita como tendência anticentralista, democrática, igualitarista, pequeno-burguesa e anarquizante. 2.3. A correcção do desvio de direita: o problema da transição pacífica para o socialismo. 2.4. Álvaro Cunhal na vanguarda da defesa da ortodoxia soviética. 2.5. *Rumo à Vitória* ou a solidificação de um *tertium genus*. 3. Considerações finais.

Resumo: Os problemas do Estado e da Revolução constituem, desde os textos fundacionais de Karl Marx e Friedrich Engels, as questões centrais do pensamento marxista. Em Portugal e no PCP, embora estes temas já tivessem sido abordados ou debatidos durante os anos quarenta, o XX Congresso do PCUS realizado em 1956 introduziu, de forma generalizada, a discussão acerca da possibilidade de transição pacífica de uma sociedade burguesa para uma sociedade socialista. A nova leitura de teses estruturais da filosofia marxista (a que se vai opor a visão chinesa e albanesa) propunha um posicionamento anti-sectário e propugnava um afastamento em relação à ortodoxia e dogmatismo tradicionais do marxismo-leninismo. É neste contexto que Álvaro Cunhal, no início da década de sessenta, publica um conjunto de

* Filipe de Arede Nunes (filipearedenunes@fd.ul.pt)

Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Investigador do THD-ULisboa.

textos onde procura conciliar a crítica ao oportunismo de direita e a condenação do dogmatismo. O objectivo consiste em confrontar as propostas interpretativas de Álvaro Cunhal da década de sessenta com os modelos ideológicos conflituantes da ortodoxia maoista e as alternativas de direita sugeridas pelos soviéticos.

Palavras-chave: Estado; Revolução; Álvaro Cunhal; Transição pacífica; dogmatismo

Abstract: The problems of State and Revolution are, since the foundational writings of Karl Marx and Friedrich Engels, the central questions of Marxism. In Portugal and to the PCP, although those subjects had already been debated during the forties, the XX Congress of the CPSU held in 1956 introduced, in a general way, the discussion about the possibility of a peaceful transition from a bourgeois society to a socialist society. The new reading of the structural theses of Marxist philosophy (that would have the opposition of the Chinese and Albanese vision) proposed an anti-sectarian positioning and advocated a departure from the traditional orthodoxy and dogmatism of Marxism-Leninism. It is in this context that Álvaro Cunhal, in the early sixties, publishes a set of writings where he seeks to reconcile the critique of right-wing opportunism and the condemnation of dogmatism. The aim of this paper is to confront the interpretative proposals of Álvaro Cunhal in the sixties with the conflicting ideological models of Maoist orthodoxy and the right-wing alternatives suggested by the Soviets.

Keywords: State; Revolution; Álvaro Cunhal; Peaceful transition; dogmatism

1. Origens e justificações do conflito sino-soviético. O movimento comunista internacional na transição entre os anos cinquenta e sessenta: do XX Congresso do PCUS à «carta dos 25 pontos»

Os problemas do Estado e da revolução constituem, desde os textos fundacionais de KARL MARX e de FRIEDRICH ENGELS¹, questões centrais da teoria marxista e

¹ O problema do Estado nunca foi devidamente sistematizado nos trabalhos realizados por KARL MARX, pese embora o tratamento autonomizado dessa questão fizesse parte dos seus objectivos

aquelas cujas interpretações, concretizações e reconstruções mais dúvidas e incertezas suscitaram no movimento comunista internacional (provavelmente devido à aproximação filosófica ao problema, alicerçada numa concepção negativa do Estado) ainda no século XIX, mas especialmente durante o século XX².

A multiplicidade de sentidos e leituras dos textos do marxismo – em muitos casos fortemente condicionadas pelos ensaios práticos correspondentes ao designado socialismo real – conduziu à definição de diferentes correntes teóricas e, quase inevitavelmente, a rupturas entre experiências políticas diversas e a conflitos ideológicos no seio do movimento comunista internacional.

Durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), NIKITA KRUTCHEV – num momento em que já havia consolidado, internamente, o seu poder³ – apresentou o famoso Relatório Secreto⁴, através do qual denunciou

(constituiria o Livro IV de *O Capital*), como o demonstram as cartas enviadas a FERDINAND LASSALLE (22 de Fevereiro de 1858), a FRIEDRICH ENGELS (2 de Abril de 1858) e a JOSEPH WEYDEMAYER (1 de Fevereiro de 1859). MARX & ENGELS, *Collected Works*, vol. 40, Lawrence & Wishart, 2010. No entanto, é possível afirmar que, não obstante o facto de o propósito de KARL MARX nunca se ter concretizado, o problema do Estado é tratado em várias obras dos dois autores: KARL MARX e FRIEDRICH ENGELS, *Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa, Edições «Avante!», 1997; KARL MARX, “A Burguesia e a Contra-Revolução”, in MARX e ENGELS, *Obras Escolhidas em três tomos*, Lisboa, Edições «Avante!», 1982, Tomo I, pp. 137 a 141; KARL MARX, “As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850”, in MARX e ENGELS, *Obras Escolhidas em três tomos*, Lisboa, Edições «Avante!», 1982, Tomo I, pp. 209 a 309; KARL MARX, “O 18 de Brumário de Louis Bonaparte”, in MARX e ENGELS, *Obras Escolhidas em três tomos*, Lisboa, Edições «Avante!», 1982, Tomo I, pp. 417 a 512; KARL MARX, *Para a Questão Judaica*, Lisboa, Edições «Avante!», 1997; FRIEDRICH ENGELS, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Lisboa, Edições «Avante!», 2002.

² Vide, sobre esta questão, na mais glosada obra interpretativa do marxismo, LENINE, *O Estado e a Revolução*, Lisboa, Edições «Avante!», 4.ª edição, 2011. Também em Portugal o tema foi objecto, dentro das fileiras do Partido Comunista e pelo seu principal dirigente e teórico, de um trabalho específico: ÁLVARO CUNHAL, *A Questão do Estado, Questão Central de cada Revolução*, Lisboa, Edições «Avante!», 2.ª edição, 2007.

³ “Em 1954-44, a situação internacional estava a mudar. Krutchev está a consolidar o seu poder e fá-lo associado a uma distensão da guerra fria e a uma liberalização interna, evidente depois da morte de Béria. Os sinais de mudança sucedem-se no plano internacional com sucessivos encontros e conferências internacionais a diminuir o grau de conflitualidade entre o Ocidente e o bloco de Leste e, dentro este, entre a URSS e a Jugoslávia. Em Maio de 1954, Tito e Krutchev encontram-se em Belgrado e põem fim ao conflito entre a URSS e a Jugoslávia”, JOSÉ PACHECO PEREIRA, *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, Vol. 3: O Prisioneiro (1949-1960), Lisboa, Temas e Debates, 2.ª edição, 2006, p. 344.

⁴ Vide, NIKITA KRUCHTCHEV, *Relatório Secreto de Nikita Kruchtchev ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética*, Trad. Júlio Carrapato, Faro, Livros Sotavento, 1981.

o culto de personalidade a ESTALINE e os crimes praticados durante o Estalinismo⁵. Para além de dar início ao processo de destalinização⁶ e de defender o princípio da coexistência pacífica⁷, o líder soviético reintroduziu e promoveu a discussão acerca da possibilidade de uma transição pacífica da sociedade burguesa para a sociedade socialista (em linha, note-se, com as concepções filosóficas de uma parte importante dos partidos comunistas da Europa Ocidental, como por exemplo, as do Partido Comunista Italiano de PALMIRO TOGLIATTI), o que abriu a porta (agudizando divergências que se manifestavam há alguns anos⁸), não apenas para o abandono de milhares de comunistas das fileiras dos diferentes partidos europeus e de uma crise especialmente profunda nos países satélites da União Soviética (como por exemplo na Polónia e na Hungria), mas também para o quarto grande cisma na história do socialismo: aquele que contraporia soviéticos a chineses⁹.

O Partido Comunista da China (PCC), liderado por MAO ZEDONG a partir de 1935, esteve, nas primeiras décadas da sua existência, sob a alçada do PCUS. No entanto, depois de duas décadas de uma relação próxima, o período posterior ao XX Congresso do PCUS ficou marcado pela separação entre os dois partidos. Este afas-

⁵ NIKITA KRUTCHEV voltaria, no XXII Congresso do Partido Comunista da União Soviética (realizado em Outubro de 1961), a fazer referência aos crimes perpetrados por Estaline, confirmando a denúncia efectuada em 1956. *Vide*, nesse sentido, ARCHIE BROWN, *Ascensão e Queda do Comunismo*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2010, p. 288.

⁶ *Vide*, sobre o processo de destalinização, PETER KENEZ, *História da União Soviética*, Lisboa, Edições 70, 2015, pp. 252 a 258.

⁷ “Os pontos mais salientes foram a admissão do princípio da coexistência pacífica nas relações internacionais, o conseqüente abandono da doutrina da inevitabilidade da guerra com os Estados capitalistas e a aceitação de “vias nacionais para o socialismo” diferentes do “modelo” soviético da Revolução de Outubro de 1917”, DONALD SASSOON, *Cem Anos de Socialismo*, Lisboa, Contexto, vol. I, 2001, p. 357.

⁸ *Vide*, nesse sentido, MIGUEL CARDINA, *Margem de Certa Maneira. O maoísmo em Portugal: 1964-1974*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011, p. 14.

⁹ “Kruschev sempre se viu a si mesmo como um radical, e os seus descontentes colegas do Comité Central concordavam. Contudo, para os comunistas que estavam a criar uma nova vaga de revoluções no mundo em desenvolvimento, Kruschev parecia ter perdido o seu vigor revolucionário. Recuara na questão de Cuba e, ao rejeitar a luta de classes, privara o comunismo da sua energia moral e emocional. O crítico mais verbalizado do “revisãoismo” de Kruschev foi Mao, pois o partido chinês continuava a acreditar que estava a construir o socialismo e continuavam a exigir-se medidas duras. Também era verdade que a China não sofrera nada tão traumático como a “Grande Rutura” soviética ou o Terror dos anos 1930, continuando a luta de classes a parecer virtuosa e necessária. Não obstante, em breve a China compensaria a sua falta de experiência. Na década seguinte, viria a sofrer desastres sem precedentes no mundo comunista”, DAVID PRIESTLAND, *A Bandeira Vermelha – História do Comunismo*, Alfragide, Texto Editores, 2013, p. 424.

tamento materializou-se, do ponto de vista teórico¹⁰, primeiramente em segredo¹¹, e depois, de forma clara, com a publicação de *Viva o Leninismo!*¹² (pelo menos parcialmente escrito por MAO ZEDONG), um conjunto de textos surgido no âmbito da celebração do nonagésimo aniversário do nascimento de LENINE.

Viva o Leninismo! assumiu e revelou, a partir das críticas dirigidas à política da Jugoslávia de TITO, a condenação do revisionismo moderno¹³ que procurava ultrapassar a proposta teórica marxismo-leninismo, negando a doutrina da luta de classes e a tese da imprescindibilidade da revolução¹⁴. Entende JOSÉ PACHECO PEREIRA que em *Viva o Leninismo!* se usavam “os jugoslavos como alvos, através de um mecanismo retórico em que se ataca os jugoslavos para não nomear os soviéticos” como mais tarde “os soviéticos vão fazer atacando os albaneses para não nomear os chineses”¹⁵.

¹⁰ Isto porque, em 1959, a União Soviética havia denunciado, unilateralmente, o acordo secreto de cooperação militar com a China, o que terá sido uma das principais causas do conflito sino-soviético.

¹¹ “A polémica já vinha de antes, mas permanecia em segredo. Os chineses iniciaram-na, primeiro ainda de uma forma implícita, depois de forma cada vez mais explícita. Era uma polémica entre dois partidos comunistas, o PCUS e o PCC, e entre a URSS e a República Popular da China, era uma polémica teórica, política e nacional, e causou um enorme impacto no até então monolítico movimento comunista mundial”, JOSÉ PACHECO PEREIRA, “*O Um Dividiu-se em Dois*”, *Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-65)*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2008, p. 9.

¹² De acordo com JOSÉ PACHECO PEREIRA, *Viva o Leninismo!* corresponde a um conjunto de três textos publicados em Abril de 1960 e publicados na revista teórica *Hongqi* (n.º 8, de 16 de Abril de 1960) e no jornal *Renmin Ribao* (22 de Abril de 1960). *O Um...*, p. 11. EDITORIAL DEPARTMENT OF “HONGQI”, *Long Live Leninism*, Peking: Foreign Languages Press, 1960.

¹³ “Now, when Leninism is guiding the working class and all oppressed classes and nations of the world to great victories in the march against imperialism and all kinds of reactionaries, the modern revisionists represented by Tito propose to revise the teachings of Lenin (that is, modern Marxist teachings), is keeping with the needs of the imperialists [...]. Old revisionism attempted to prove that Marxism was outmoded, while modern revisionism attempts to prove that Leninism is outmoded”, *Long...*, p. 8.

¹⁴ “Modern revisionists seek to confuse the peaceful foreign policy of the socialist countries with the domestic policies of the proletariat in the capitalist countries. They thus hold that peaceful co-existence of countries with different social systems means that capitalism can peacefully grow into socialism, that the proletariat in countries ruled by the bourgeoisie can renounce class struggle and enter into “peaceful co-operation” with the bourgeoisie and the imperialists, and that the proletariat and all the exploited classes should forget about the fact that they are living in a class society, and so on. All these views are also diametrically opposed to Marxism-Leninism”, *Long...*, p. 16.

¹⁵ JOSÉ PACHECO PEREIRA, *O Um...*, pp. 11 a 12. *Vide*, no mesmo sentido, MIGUEL CARDINA quando afirma que “ao interrogar-se o “pacifismo burguês” contido nas teses jugoslavias, não se deixa incólume a “coexistência pacífica” dos soviéticos e o abandono do “marxismo-leninismo” em nome do

A primeira consequência da publicação de *Viva o Leninismo!* terá sido a retirada de apoio, por parte da União Soviética, a alguns projectos industriais e militares que se encontravam em fase de preparação ou de execução na China¹⁶.

No entanto, em Novembro e Dezembro de 1960 realizou-se, em Moscovo, a Conferência dos Partidos Comunistas, um encontro de oitenta e um partidos comunistas¹⁷ que revelou, para MIGUEL CARDINA, “uma atitude conciliatória para com os chineses”¹⁸ enquanto que para JOSÉ PACHECO PEREIRA a reunião realizada em Moscovo no final de 1960 “foi o primeiro grande palco internacional dos conflitos entre, de um lado, chineses e albaneses e, do outro, soviéticos apoiados pela maioria dos partidos comunistas”¹⁹.

A reunião decorreu de forma truculenta, especialmente durante as intervenções do líder albanês ENVER HOXHA que geraram reacções inflamadas junto de alguns participantes, como no caso da antiga líder do Partido Comunista Espanhol (PCE), DOLORES IBÁRRURI²⁰. Na Conferência dos Partidos Comunistas realizada em Moscovo as posições já se encontravam bastante extremadas, e se é certo que a posição albanesa se apresentava, provavelmente, como o epicentro do antagonismo, os dois blocos em que mais tarde se escoraria o cisma já se encontravam em formação e o posicionamento táctico dos diferentes partidos era bastante evidente²¹, encon-

receio de uma guerra nuclear generalizada”, *Margem...*, p. 15.

¹⁶ *Vide*, nesse sentido, MIGUEL CARDINA, *Margem...*, pp. 15 a 16. *Vide* também, JOSÉ PACHECO PEREIRA, *O Um...*, p. 16.

¹⁷ Segundo JOSÉ PACHECO PEREIRA, a “delegação soviética era dirigida por Krutchev, acompanhado pelos ideólogos e principais negociadores do PCUS, como Suslov, Andropov e Ponomariev. A delegação chinesa contava com Deng Xiaoping e Liu Shaoqi, e os albaneses como Enver Hodja e Mehmet Shebu”, *O Um...*, p. 19.

¹⁸ MIGUEL CARDINA, *Margem...*, p. 16.

¹⁹ JOSÉ PACHECO PEREIRA, *O Um...*, p. 18. Este autor entende que o ano de 1960 ficou marcado pelo afastamento progressivo de chineses e soviéticos e que, no processo de preparação da conferência de Novembro-Dezembro de 1960, em particular na reunião de Bucareste realizada em Junho desse ano, “a delegação soviética fez um ataque muito duro às posições chinesas e albanesas, que todos os observadores consideraram ter sido feita de surpresa”, *O Um...*, pp. 18 a 19.

²⁰ *Vide*, nesse sentido, JOSÉ PACHECO PEREIRA, *O Um...*, p. 20. DOLORES IBÁRRURI deixou de ser secretária-geral do PCE no 6.º Congresso do partido realizado em Praga entre os dias 28 e 31 de Janeiro de 1960, funções que passaram a ser exercidas por SANTIAGO CARRILLO.

²¹ “Hodja ataca Krutchev e apoia os chineses; Deng Xiaoping defende os albaneses, e os outros partidos atacam os albaneses mas evitam atacar abertamente os chineses nos mesmos termos. A transferência de alvos que se tornara habitual – com os chineses a atacar os soviéticos através das críticas aos jugoslavos e os soviéticos a atacarem os chineses através dos albaneses – prosseguiu”, JOSÉ PACHECO PEREIRA, *O Um...*, p. 21.

trando-se no sudoeste asiático (as exceções eram, para além da Albânia, a Austrália e a Nova Zelândia) o principal ponto de apoio à doutrina chinesa.

Apesar das dificuldades, resultantes do clima de conflito já latente, ainda foi possível elaborar uma Declaração final que foi subscrita por todos os partidos. Como salienta JOSÉ PACHECO PEREIRA, a Declaração constituiu o “último documento unitário do movimento comunista internacional”²².

O ano de 1961 ficou marcado pela realização do XXII Congresso do PCUS. Na reunião, realizada entre 17 e 31 de Outubro em Moscovo, a querela que opunha a China e a Albânia (que não esteve presente no Congresso) à União Soviética agudizou-se ainda mais visto que, por um lado, os soviéticos insistiram na condenação a ESTALINE²³ e, por outro, cortaram relações com o Partido Trabalhista da Albânia (PTA). Refere MIGUEL CARDINA que “um forte ataque soviético à Albânia fez com que o primeiro-ministro chinês Chu En-Lai abandonasse a reunião em protesto”²⁴, o que revela não apenas a proximidade entre chineses e albaneses, mas um significativo sentido de solidariedade recíproca que se vai manifestar de forma ainda mais clara à medida que a fractura entre os dois blocos que vai materializar.

O período subsequente à realização do XXII Congresso do PCUS vai ampliar o conflito entre os dois blocos divergentes. Da parte dos chineses, ao mesmo tempo que vão surgir ainda mais críticas aos jugoslavos e a TITO, vão também emergir condenações às posições italianas (de PALMIRO TOGLIATTI)²⁵ e francesas (de MAURICE THOREZ)²⁶.

No entanto, o documento mais importante para o definitivo afastamento e para a cisão sino-soviética foi a *Proposta sobre a linha geral do movimento comunista*

²² JOSÉ PACHECO PEREIRA, *O Um...*, p. 23.

²³ “Em 1961, havia um ponto mais sensível: mais do que a avaliação *per se* da figura de Estaline, era o facto de as decisões soviéticas sobre Estaline terem sido unilaterais, sem qualquer espécie de consulta mútua. A forma como Estaline fora condenado em 1956 representava para os chineses, e nisso tinham o apoio implícito de muitos quadros comunistas, um *diktat* soviético, que mostrava desconsideração pelos outros partidos comunistas”, JOSÉ PACHECO PEREIRA, *O Um...*, p. 25.

²⁴ MIGUEL CARDINA, *Margem...*, p. 16. JOSÉ PACHECO PEREIRA afirma, de forma ainda mais conclusiva, que “Um dia depois de ter falado, Zhu Enlai retira-se a meio do Congresso. É recebido à sua chegada à China por Mao Zedong como um herói”, *O Um...*, p. 27.

²⁵ COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, *As divergências entre o camarada Togliatti e nós: editorial do “Diário do Povo” de Pequim de 31 de Dezembro de 1962*, Pequim, Edições em língua estrangeira, 1963.

²⁶ COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, *De onde procedem as divergências? – resposta ao camarada Thorez e outros camaradas*, Pequim, Edições em língua estrangeira, 1963.

*internacional*²⁷, um texto do Comité Central do PCC com a data de 14 de Junho de 1963, também conhecido como a «carta dos 25 pontos», e que corresponde à resposta a uma carta do Comité Central do PCUS datada de 30 de Março de 1963.

O texto dos chineses questionava a linha geral do movimento comunista internacional, nomeadamente as ideias de “coexistência pacífica”, “competição pacífica” ou “transição pacífica” que, no entendimento do Comité Central do PCC corresponderiam, por um lado, à violação dos princípios revolucionários da Declaração de 1957 e do Comunicado de 1960 e, por outro, ao afastamento em relação à missão histórica da revolução proletária mundial e da doutrina revolucionária do marxismo-leninismo. Ademais, condenavam-se as linhas e políticas oportunistas (re-visionistas), e admitia-se e propunha-se, na luta contra o sistema imperialista liderado pelos Estados Unidos da América, todas as formas de luta, inclusive a luta armada. Acresce ainda que, neste texto, se defendia que os comunistas deveriam traçar uma linha divisória com os partidos social-democratas no que concerne às questões da revolução proletária e da ditadura do proletariado e embora admitisse a luta parlamentar e outras formas legais de luta quando estas pudessem ser utilizadas (chegando mesmo a admitir, pelo menos do ponto de vista teórico-hipotético, a transição para o socialismo por meios pacíficos), não aceitava que um partido marxista-leninista caísse no legalismo e no “cretinismo parlamentar” e dentro dos limites permitidos pela burguesia, até porque não encontravam os chineses, na história mundial, qualquer exemplo de um processo de transição pacífica de uma experiência capitalista, para uma experiência socialista²⁸. Deviam assim os partidos proletários estar preparados para um desenvolvimento não-pacífico da revolução.

Para além das questões relativas à dimensão necessariamente revolucionária da transição para a sociedade socialista, na replica dirigida ao PCUS salientava-se

²⁷ Vide, em edição em inglês, *A Proposal Concerning the General Line of the International Communist Movement*, Peking, Foreign Languages Press, 1963. Vide o texto devidamente traduzido para português em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1963/06/14.htm>.

²⁸ No texto, a crítica à possibilidade transição pacífica para o socialismo é mordaz e violenta. No ponto XI refere-se que “Certas pessoas afirmam que não haveria precedentes quando Marx previu que o socialismo substituiria inevitavelmente o capitalismo. Então, perguntam, por que não podemos prever uma transição pacífica do capitalismo para o socialismo, apesar da ausência de precedente? Este paralelo é absurdo. Empregando o materialismo dialético histórico, Marx analisou as contradições da sociedade capitalista, descobriu as leis objectivas do desenvolvimento da sociedade humana e chegou a uma conclusão científica, enquanto os profetas que depositam todas as suas esperanças na “transição pacífica” partem do idealismo histórico, ignoram as contradições mais fundamentais da sociedade capitalista, repudiam a doutrina marxista-leninista sobre a luta de classes e chegam a um conclusão subjectiva e infundada. Como podem as pessoas repudiam o marxismo invocar Marx em seu auxílio?”.

que, embora a revolução constituísse o momento inicial no processo de edificação do socialismo, esta não representava a sua conclusão, não se podendo, por conseguinte, negar a existência e necessidade da continuação da luta de classes no período da ditadura do proletariado – momento em que “o Estado proletário, atravessa o processo dialético de instituição, consolidação, fortalecimento e extinção gradual”. A crítica às teses do Programa do XXII Congresso do PCUS²⁹ – e, por conseguinte, à própria União Soviética – era evidente, sobretudo quando se questionava sobre quais as consequências, no processo de transição da sociedade capitalista para a sociedade comunista, de anunciar que a ditadura do proletariado já não era necessária. No entendimento do PCC, “não existe nenhum Estado que não seja de classe ou que esteja acima das classes. Enquanto o Estado permanece como Estado, deve ter invariavelmente um carácter de classe; enquanto o Estado existir, não poderá ser “de todo o povo”. E tão logo a sociedade fique sem classes, não haverá mais Estado”.

O tema do culto de personalidade também foi abordado no texto do PCC. Nesse sentido, entendiam os chineses que todo “o partido proletário” deveria “praticar o centralismo baseado na democracia e formar uma forte direcção marxista-leninista” antes de se poder estabelecer como a “vanguarda organizada e combativa” pelo que abordar o tema da luta contra o culto de personalidade corresponderia a um acto de contraposição dos chefes às massas, que minaria a “direcção única do partido, baseada no centralismo democrático”, debilitaria a sua força e desintegraria as próprias fileiras. A censura era, mais uma vez, à acção do próprio PCUS e a uma das principais conclusões do seu XX Congresso.

O último tema tratado na «carta dos 25 pontos» – e aquele em que se fundamentou, do ponto de vista ideológico, o centro da divergência entre soviéticos e chineses – foi o do revisionismo³⁰.

²⁹ JOSÉ PACHECO PEREIRA refere que “Outro aspecto novo da Proposta é defrontar uma questão que com Estaline se tinha tornado um tabu na tradição soviética, a das classes e luta de classes nos países socialistas, a da “negação da negação” hegeliana. Os chineses começam a aplicar a sua análise não apenas ao sistema capitalista mundial, mas a fazer algo que apenas os trotsquistas tinham sugerido face à URSS: afirmar “a existência da luta de classes no período da ditadura do proletariado” e criticar a ideia soviética de “Estado de todo o povo” e do “partido e todo o povo”. [...] O que está em causa são as teses do Programa do XXII Congresso do PCUS sobre o Estado e o partido “de todo o povo”, que os chineses consideravam não ser marxistas”, *O Um...*, p. 35.

³⁰ JOSÉ PACHECO PEREIRA afirma que “Enquanto estes [os soviéticos], no XXII Congresso, tinham afirmado que o perigo principal era o “dogmatismo”, o PCC considera “o revisionismo, perigo principal dentro do movimento comunista internacional”, assente na condenação do “revisionismo jugoslavo e o representante do revisionismo contemporâneo”. Ainda é a Jugoslávia que aparece como o destinatário das críticas, mas o alvo é o PCUS”, *O Um...*, p. 36.

Apesar de o texto apenas fazer referência directa à Jugoslávia, percebe-se que a crítica é também (e provavelmente, sobretudo) dirigida à União Soviética. Para os chineses, o principal perigo para o movimento comunista internacional era, naquele momento, não o dogmatismo, mas antes o revisionismo e, para o combater, seria necessário um “partido revolucionário construído sobre a teoria revolucionária e o estilo revolucionário marxista-leninista”. Se o partido não fosse um partido revolucionário, então seria “um partido reformista burguês”, se não fosse um partido marxista-leninista, seria um “partido revisionista”, se não fosse um partido capaz de “pensar e julgar por si próprio e adquirir um conhecimento correcto da tendência das diversas classes em seu próprio país”, então seria “uma salada sortida em que há de tudo; revisionismo, dogmatismo, e de tudo menos princípios marxistas-leninistas”, incapaz de “conduzir o proletariado e as amplas massas populares na luta revolucionária, conquistar a vitória da revolução” ou de “cumprir a grande missão histórica do proletariado”.

A «carta dos 25 pontos» tinha como objectivo, como salienta MIGUEL CARDINA, “delinear uma estratégia alternativa para o movimento comunista internacional”³¹ e demonstrou ser, como refere JOSÉ PACHECO PEREIRA “o documento fundador do novo movimento marxista-leninista”³² até porque, como se refere no texto, o PCC (como o PTA), como, verdadeiro partido marxista-leninista, estava preparado para assumir o seu papel enquanto guia do povo na revolução³³.

O PCUS haveria, através do jornal *Pravda*, em artigo publicado em 14 de Julho de 1963 (*Carta aberta do Comité Central do PCUS a todas as organizações partidárias, a todos os comunistas da União Soviética*³⁴), de responder à missiva chinesa. Seria, como assinala MIGUEL CARDINA, “a última comunicação formal entre os dois partidos”³⁵.

³¹ MIGUEL CARDINA, *Margem...*, p. 16.

³² JOSÉ PACHECO PEREIRA, *O Um...*, p. 37.

³³ No ponto XII do texto afirmava-se de forma clara o seguinte: “Se a direcção de um partido adopta uma atitude não revolucionária e transforma o seu partido num partido reformista, o seu lugar na revolução será ocupado pelos marxistas-leninistas de dentro e fora do partido e guiarão o povo na revolução”.

³⁴ <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1963/07/14.htm>

³⁵ MIGUEL CARDINA, *Margem...*, p. 16.

2. Entre o revisionismo e o esquerdismo. *Rumo à Vitória ou o prenúncio da Queda?*

2.1. Da “Política de Transição”, à denúncia do culto de personalidade e do centralismo no trabalho da Direcção

Depois do período de afastamento forçado do Partido Comunista Português (PCP) do movimento comunista internacional – intervalo de tempo no qual se vai concretizar a designada “reorganização”³⁶ do partido – o final da década de quarenta (1947-1948), ainda com ÁLVARO CUNHAL em liberdade, no momento imediatamente posterior ao fim da II Guerra Mundial, ficou marcado (tendo tido, curiosamente, os jugoslavos como intermediários³⁷), pelo reatamento das relações institucionais entre as partes desavindas³⁸.

Depois da morte de ESTALINE em 1953 e de um período de alguma dubiez interna na União Soviética que culmina com a ascensão de NIKITA KRUTCHEV à liderança do PCUS, numa altura em que ÁLVARO CUNHAL se encontrava preso e JÚLIO FOGAÇA³⁹ – que tinha vivido, no Tarrafal, a “Política Nova”⁴⁰ propugnada por BENTO GONÇALVES que culminaria na “Política de Transição”⁴¹, concepções que viriam a exercer uma enorme influência na sua percepção acerca do papel dos partidos co-

³⁶ Vide, desenvolvidamente, sobre o processo de “reorganização”, JOÃO MADEIRA, *História do Partido Comunista Português: Das origens aos 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, pp. 59 a 93. Vide também, JOSÉ PACHECO PEREIRA, *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, Vol. 2: “Duarte”, o Dirigente Clandestino (1941-1949), Lisboa, Temas e Debates, 2001, pp. 22 a 187.

³⁷ Segundo JOSÉ PACHECO PEREIRA os jugoslavos terão desempenhado um papel muito importante no processo de reaproximação do PCP ao movimento comunista internacional. Afirma, nesse sentido, que com “a tomada do poder em Belgrado pelos guerrilheiros comunistas de Tito, abriu-se uma nova linha de contacto entre o PCP e o movimento comunista internacional, agora através de um partido no poder, com relações então muito próximas com os soviéticos”, *Álvaro...*, Vol. 2, p. 758.

³⁸ Vide, sobre o corte de ligações entre o Komintern e o PCP, JOSÉ MANUEL MILHAZES PINTO, “Quando a Internacional Comunista Cortou com o PCP”, in *História*, Ano XVIII, n.º 17, 1996, pp. 35 a 39.

³⁹ Vide, sobre sobre este importante dirigente comunista, MARIA FILOMENA ROCHA LOPES, *Júlio de Melo Fogaça na organização comunista*, Lisboa, 2015. Vide também ADELINO CUNHA, *Júlio de Melo Fogaça*, Lisboa, Desassossego, 2018.

⁴⁰ Vide, sobre a questão da “Política Nova”, JOSÉ PACHECO PEREIRA, *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, Vol. 1: “Daniel”, O Jovem Revolucionário (1913-1941), Lisboa, Temas e Debates, 1999, pp. 397 a 403.

⁴¹ Vide, sobre a problemática da “Política de Transição”, JOSÉ PACHECO PEREIRA, *Álvaro...*, Vol. 2, pp. 470 a 476. Vide também, JOÃO MADEIRA, *História...*, pp. 97 a 121.

munistas numa nova ordem mundial – assume a liderança intelectual e política do PCP, a realização em 1956 do XX Congresso do PCUS⁴² e as suas conclusões⁴³, constituem o alibi perfeito para as teses que viriam a ser aprovadas pelo V Congresso do partido e que mais não eram do que a concretização e consequência das ideias defendidas na VI Reunião Plenária Ampliada do Comité Central (realizada em Agosto de 1955).

No V Congresso do PCP – realizado entre 8 e 15 de Setembro de 1957 – o Informe Político foi apresentado por JÚLIO FOGAÇA – *A Unidade das Forças Anti-Salazaristas, Factor Decisivo para a Libertação Nacional*⁴⁴. Neste Informe⁴⁵ acolhiam-se as novas concepções políticas resultantes do XX Congresso do PCUS, nomeadamente a tese da “transição pacífica” para o socialismo, a proposta da “coexistência pacífica” e a crítica ao culto de personalidade de ESTALINE.

⁴² JOSÉ PACHECO PEREIRA afirma que alguns dirigentes do PCP (como Pedro Jorge) saem clandestinamente de Portugal no início de 1957 e iniciam contactos com os mais importantes partidos comunistas da Europa. No entanto, refere também não saber “se entre esses contactos se inclui a presença no XX Congresso”, embora existam referências no sentido de Octávio Pato ter estado presente na importante reunião do PCUS. Acrescenta JOSÉ PACHECO PEREIRA que “o jornal *Pravda* não cita o PCP entre os partidos que enviaram delegações ao Congresso, o que se pode dever a uma protecção à clandestinidade das viagens, dado na imprensa comunista portuguesa existirem referências a uma delegação”, para além de que no seu discurso “Krutchev não citou o PCP na lista oficial, uma espécie de hierarquia do comunismo mundial, contrastando com a citação em 52.º lugar no XXI Congresso (1959) e 21.º lugar no XXII Congresso (1961)”, *Álvaro...*, Vol. 3, pp. 368 a 369. Em sentido similar, JOÃO MADEIRA refere que o “PCP não é mencionado na lista de delegações de partidos comunistas presentes no congresso do PCUS, que o *Pravda* publica, o que não significa necessariamente a sua ausência, pois essa lista não é exaustiva e reflecte os cuidados necessários em relação aos partidos sujeitos a condições de perseguição nos seus países, como era o caso de Portugal”, *História...*, p. 232.

⁴³ Vide, PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, “O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética”, «Avante!», ano 24.º, VI série, n.º 212, Abril de 1956. Vide, em edição digital: <http://www.ges.pcp.pt/bibliopac/imgs/AVT6212.pdf>

⁴⁴ RAMIRO, *A Unidade das Forças Anti-Salazaristas Factor Decisivo para a Libertação Nacional*, Edições «Avante!», Outubro de 1957. Vide, em edição digital: <http://casacomum.org/cc/visualizador? pasta=04435.791>

⁴⁵ O Informe apresentado por JÚLIO FOGAÇA estava alicerçado num documento discutido na reunião do Comité Central de Outubro de 1956, texto no qual se admitia “a possibilidade de uma solução pacífica” em Portugal: “O Comité Central do Partido Comunista Português, ao analisar a evolução da situação nacional e internacional e a crescente desagregação que se opera nas fileiras salazaristas, concluiu que é hoje possível encontrar-se uma solução democrática e pacífica para o problema político nacional, que é possível expulsar do Poder o governo de Salazar sem guerra civil e sem violências”, COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTAS PORTUGUÊS, *A Situação Política Actual e a Posição do PCP*, Edições «Avante!», 2.ª edição, 1957. Vide, edição digital: <http://casacomum.org/cc/visualizador? pasta=09700.019>

A leitura político-ideológica que o PCP do final dos anos cinquenta fazia das teses estruturais da filosofia marxista-leninista visava a adoção de um posicionamento anti-sectário e propunha um afastamento da ortodoxia e dogmatismo tradicionais⁴⁶.

2.2. A correcção do desvio de direita como tendência anticontrária, democrática, igualitarista, pequeno-burguesa e anarquizante

Depois de duas detenções anteriores, ÁLVARO CUNHAL foi preso pela terceira vez a 25 de Março de 1949. Depois do julgamento, foi condenado e preso na Penitenciária de Lisboa tendo sido, em 1958, transferido para o Forte de Peniche de onde fugiu, conjuntamente com outros quadros destacados do PCP, a 3 de Janeiro de 1960. No ano seguinte, seria eleito Secretário-Geral do partido, cargo que ocupou até 1992, altura em que foi substituído por CARLOS CARVALHAS.

A fuga de ÁLVARO CUNHAL coincidiu, internacionalmente, com o início público do conflito sino-soviético, antagonismo que teria profunda influência no processo de reorganização do movimento comunista internacional e cujas ondas de choque se fariam, inevitavelmente, sentir também em Portugal.

Foi neste especial contexto nacional e internacional que ÁLVARO CUNHAL publicou, no início da década de sessenta, um conjunto de textos – destacando-se, entre eles, *A tendência anarco-liberal na organização do trabalho de direcção*⁴⁷ e *O desvio de direita nos anos de 1956-1959 (Elementos de Estudo)*⁴⁸ – através dos quais procurou corrigir a linha revisionista que havia sido proposta na segunda metade dos anos cinquenta pela direcção do PCP. No entanto, a leitura e o tratamento dos textos de retificação dos desvios ocorridos no final dos anos cinquenta deve ser acompanhada do estudo de três outros trabalhos de ÁLVARO CUNHAL: *A situação no*

⁴⁶ “Na nossa época todos os caminhos conduzem ao comunismo. E a experiência histórica mostra-nos que esses caminhos podem ser percorridos não somente pelos comunistas, como por outras pessoas progressistas que não sejam hostis ao socialismo, que compreendam que o socialismo significa para elas uma vida melhor do que aquela que a sociedade capitalista lhes proporciona”, RAMIRO, *A Unidade...*, p. 7.

⁴⁷ ÁLVARO CUNHAL, *Obras Escolhidas*, “A tendência anarco-liberal na organização do trabalho de direcção”, vol. II (1947-1964), Lisboa, Edições «Avante!», 2008, pp. 467 a 532. Este texto foi originalmente publicado em nome do Comité Central pelas Edições «Avante!», com a data de Dezembro de 1960.

⁴⁸ ÁLVARO CUNHAL, *Obras Escolhidas*, “O desvio de direita nos anos 1956-1959 (Elementos de Estudo)”, vol. II (1947-1964), Lisboa, Edições «Avante!», 2008, pp. 533 a 589. Este texto foi originalmente publicado pelas Edições «Avante!» em Março de 1961.

*movimento comunista internacional*⁴⁹; *Rumo à Vitória*⁵⁰; e *A questão do Estado, questão central de cada revolução*⁵¹.

Releva salientar que os dois primeiros textos referidos (*A tendência anarco-liberal na organização do trabalho de direcção* e *O desvio de direita nos anos de 1956-1959 (Elementos de Estudo)*), bem como um terceiro texto designado *Ensinamentos de Uma Série de Traições*⁵²) foram escritos e publicados num espaço temporal relativamente reduzido – entre Dezembro de 1960 e Março de 1961 – o que revela a importância concedida por ÁLVARO CUNHAL e pelo Comité Central do PCP a um rápido processo de correcção da linha política do partido e das ideias defendidas durante a liderança de JÚLIO FOGAÇA.

Os outros dois textos (*Rumo à Vitória* e *A questão do Estado, questão central de cada revolução*) surgem em momento cronológico posterior – o primeiro em 1964 e o segundo em 1967, numa altura em que, também em Portugal, o processo de cominuição do pensamento marxista-leninista se encontra em avançado processo de desenvolvimento.

No primeiro dos textos (*A tendência anarco-liberal na organização do trabalho de direcção*) da autoria de ÁLVARO CUNHAL⁵³ que tinha em vista, por um lado, res-

⁴⁹ ÁLVARO CUNHAL, *Obras Escolhidas*, “A situação no movimento comunista internacional”, vol. II (1947-1964), Lisboa, Edições «Avante!», 2008, pp. 381 a 415.

⁵⁰ ÁLVARO CUNHAL, *Obras Escolhidas*, “Rumo à Vitória”, vol. III (1947-1964), Lisboa, Edições «Avante!», 2008, pp. 533 a 589.

⁵¹ Este texto foi originalmente publicado por ÁLVARO CUNHAL na *Revista “O Militante”*, ano 34.º, III Série, n.º 152, Novembro de 1967.

⁵² Importa salientar que foi publicado um terceiro texto da autoria de ÁLVARO CUNHAL (*Ensinamentos de Uma Série de Traições*), em nome do Secretariado, aprovado na reunião de Dezembro de 1960 (*Vide, Revista “O Militante”*, ano 28.º, III Série, N.º 110, Maio de 1961. Versão digital em: <http://www.ges.pcp.pt/bibliopac/imgs/mil03110.pdf>). *Vide* nota 226 de, ÁLVARO CUNHAL, *Obras Escolhidas*, vol. II (1947-1964), Lisboa, Edições «Avante!», 2008, p. 621. “Uma nota do Secretariado que precede o documento datada de Outubro de 1960, recomenda que ele seja dado a “conhecer aos funcionários do Partido e a camaradas com responsabilidade de direcção”. Nessa nota diz-se ainda que o “presente documento” deveria “servir de base a um documento extenso, a publicar pelo CC, em que se não desça tanto nos pormenores dos factos, mas se salientem os seus aspectos fundamentais e as conclusões de natureza política”. Ora isso é feito em *A Tendência Anarco-Liberal na Organização do Trabalho de Direcção*”.

⁵³ “O documento da autoria de Cunhal, sequência muito próxima dos “Ensinamentos de Uma Série de Traições”, faz uma análise crítica e sistemática dos anos da direcção de Fogaça, apontados como sendo os anos de dois “desvios” complementares: o “anarco-liberal” em matéria de organização; o de “direita” em termos políticos. “A Tendência Anarco-Liberal na Organização do Trabalho da Direcção”, formalmente da responsabilidade da Comissão Política e depois validado pelo CC, é um

ponder às críticas (essencialmente sobre os temas do centralismo democrático e do culto de personalidade⁵⁴) do Comité Central do PCP plasmadas no informe, de 1957, da autoria de JÚLIO FOGAÇA e, por outro lado, a correcção do posicionamento ideológico do PCP, o autor começava por salientar a importância do princípio do “centralismo democrático”⁵⁵ – tal como definido por LENINE⁵⁶ – enquanto instru-

dos marcos da história político-ideológica do PCP, introduzindo a expressão “*anarco-liberal*” no vocabulário do partido, e continuando um dos traços principais da actuação de Cunhal contra a “direita”. A expressão original era “*tendência anarco-liberal pequeno-burguesa*”. A expressão não era desconhecida no mundo comunista, no exacto contexto em que Cunhal a utilizava. No Partido Comunista romeno, por exemplo, Miron Constantinescu, um dirigente comunista que tinha atacado em 1956, Gheorghiu-Dej, acusando-se de ser na Roménia um expoente do estalinismo, foi criticado, dois anos depois, por ser um “*desvio anarco-liberal*” e expulso em 1959 do CC. Era igualmente corrente no vocabulário político jugoslavo”, JOSÉ PACHECO PEREIRA, *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, vol. 4, O Secretário-Geral (1960-1968), Lisboa, Temas e Debates, 2015, pp. 58 a 59.

⁵⁴ Vide, nesse sentido, “Conclusões e decisões do Comité Central do Partido Comunista Português sobre o culto de personalidade e as suas consequências no partido”, *Revista “O Militante”*, ano 24.º, n.º 91, Fevereiro de 1957, “O desenvolvimento do culto de personalidade nas fileiras do nosso Partido está estritamente relacionado com o aparecimento deste fenómeno negativo no movimento comunista internacional. [...] Os êxitos conseguidos pelo Partido, pelas massas trabalhadoras e pelos movimentos democráticos na luta contra a ditadura salazarista desde 1940 até princípio de 1949, estão estritamente ligados com a melhoria do trabalho de direcção verificada nesse período. O Partido passou a ter o seu Comité Central eleito. Este, porém, como organismo, não dirigia o Partido duma forma efectiva. As reuniões do Comité Central realizavam-se de forma irregular e só para se pronunciar sobre aspectos parciais da linha do Partido. Era o Secretariado do Comité Central e não o próprio Comité Central quem decidia sempre da sua ordem de trabalhos e da sua convocação. Facilitado pelas condições de clandestinidade, o Secretariado continuou a chamar a si, indevidamente, as funções do próprio Comité Central mantendo uma situação anormal no funcionamento dos órgãos dirigentes do Partido. De 1949 em diante, esta incorrecta centralização das funções do Comité Central por parte do Secretariado, tornou-se ainda mais centralizada. [...] O mal não está na centralização que nos primeiros momentos, dadas as condições existentes, foi necessária. O mal está em se ter deixado arrastar esta situação para além do período em que foi necessário. Depois de ter tomado as medidas mais convenientes e imediatas para a defesa dos quadros do Partido e do seu aparelho central, o Secretariado tinha o dever de convocar as reuniões que se impunham com os quadros mais capazes que o Partido possuía, para além do Secretariado a fim de lhes expor a situação do Partido e chamá-los à participação no estudo da situação e das medidas a tomar. Nessas reuniões se encontrariam as formas de organização e de acção mais convenientes para o momento; se teria promovido o alargamento do Comité Central que deveria tomar nas suas mãos a direcção do Partido. Não procedendo assim, deixando arrastar a situação muito para além do necessário, não promovendo o alargamento do Comité Central e continuando a centralizar indevidamente o trabalho de direcção nas suas mãos, o Secretariado subestimou o Comité Central e o Partido, revelou falta de confiança nas massas e, desta forma, objectivamente fomentou o seu próprio culto”.

⁵⁵ “A estrutura orgânica do Partido rege-se pelos princípios do centralismo democrático [...]. É fortemente centralizada, porque toda a actividade do Partido é dirigida por um centro, os organismos inferiores cumprem as decisões dos superiores, a minoria cumpre as decisões da maioria, cada mem-

mento de organização interna do partido. Para o futuro Secretário-Geral as circunstâncias específicas de cada país conduziram a aplicações distintas deste princípio⁵⁷ sendo que em Portugal, em função do facto de o PCP ser, naquele momento, um partido clandestino, perseguido e secreto teriam de existir “fortes restrições à democracia interna do Partido”⁵⁸, ou seja, o partido teria de ser muito mais centralista do que democrático em nome da sua “imperiosa necessidade de defesa”⁵⁹. Destas circunstâncias resultavam algumas consequências: dificuldades na realização de Congressos; impossibilidade de eleição de delegados para os Congressos; realização de amplos debates internos anteriores aos Congressos.

A opção de ÁLVARO CUNHAL de trazer à discussão o tema do centralismo democrático era apologética (embora não só) e tinha como objectivo justificar a limitação da democracia interna e defender o centralismo em todos os escalões do partido⁶⁰, sendo que um dos efeitos dessa limitação consistia em obrigar “todos os membros do Partido a cumprirem as decisões dos organismos superiores e do seu próprio organismo, mesmo quando estão pessoalmente em desacordo com essas decisões”⁶¹. Acresce que, o intuito passava ainda, não apenas por ensaiar uma crítica aos processos de selecção e promoção dos quadros (sobretudo àqueles

bro do Partido realiza as decisões mesmo que pessoalmente em desacordo com elas, não são admitidos grupos ou fracções e a disciplina é uma disciplina de ferro. É verdadeiramente democrática, porque os organismos de direcção são eleitos livremente pelos membros do Partido e dão contas da sua actividade às organizações respectivas, porque as decisões são tomadas em cada organismo depois de discussão livre e por votação, porque todos os membros do Partido têm iguais direitos e iguais deveres, porque os membros do Partido têm o direito de (na sua organização respectiva) apreciar e discutir livremente toda a orientação e actividade do Partido, de discordar e de criticar qualquer organismo ou quadro do Partido incluindo os mais responsáveis”, ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 467.

⁵⁶ LENINE, “Que Fazer?”, in LENINE, *Obras Escolhidas em três tomos*, Lisboa, Editorial «Avante!», 1981, Tomo I, pp. 79 a 214.

⁵⁷ “Essas formas devem ser diversas num país socialista e num país de democracia burguesa e num país de ditadura fascista. Um Partido Comunista que não tenha em conta essa diversidade de condições e copie mecanicamente dum Partido irmão vivendo em condições políticas muito diversas as formas de aplicação dos princípios do centralismo democrático é conduzido a erros grosseiros que dificultam e prejudicam toda a sua vida e actividade”, ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 468.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ “As condições de clandestinidade sob uma ditadura fascista, assim como forçam à limitação da sua democracia interna, assim forçam, ao invés, à acentuação do centralismo”, ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 470.

⁶¹ ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 471.

que se haviam concretizado, no PCP, durante a década de cinquenta), mas, sobretudo, também por legitimar a centralização do trabalho num número reduzido de indivíduos⁶², tal como se tinha verificado durante o período em que o próprio havia sido membro do secretariado.

Para ÁLVARO CUNHAL, sem uma forte centralização da Direcção quer no plano nacional, quer no plano internacional, “teria sido extremamente mais demorado criar, organizar, forjar partidos comunistas nacionais, capazes de serem, de facto, a vanguarda e o estado-maior do proletariado dos respectivos países. No que diz respeito ao PCP, teria sido mais demorado e contingente o seu desenvolvimento nas condições de uma ditadura fascista”⁶³, isto porque o trajecto do partido desde a sua fundação em 1921 estava referto de dificuldades internas – prisões, inexperiência dos quadros, debilidades na organização interna, escassez de recursos técnicos e materiais – que tornaram o processo de implementação no país extremamente difícil.

O autor procurou justificar e afastar ainda as críticas de culto de personalidade enunciadas no documento do Comité Central publicado na *Revista “O Militante”* em Fevereiro de 1957⁶⁴. Afirmava ÁLVARO CUNHAL que havia pertencido – durante os anos quarenta – ao Secretariado do partido “o mérito de ter tomado a iniciativa, defendido teoricamente e levado a cabo medidas práticas para a criação e funcionamento regular do Comité Central, para aumento do nível político do seu trabalho, da sua competência, autoridade e trabalho colectivo”⁶⁵. Assim, para o futuro líder do PCP as críticas ao trabalho do Secretariado na transição da década de quarenta para a década de cinquenta, evidenciadas nos textos do Comité Central datados da segunda metade dos anos cinquenta, constituíam uma “falsificação da história”⁶⁶, entre outras razões porque visavam, por um lado, através de um processo de apagamento e diminuição do passado do partido, fazer sobressair as rea-

⁶² “Daí por vezes trabalharem desfalcados ou reduzidos durante longo tempo os organismos centrais incluindo o próprio CC; daí por vezes a forte centralização temporária de todo o trabalho directivo por um número muito reduzido de camaradas”, ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 473.

⁶³ ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 474.

⁶⁴ “O culto do Secretariado foi possível e facilitado pelas anormalidades no trabalho de direcção colectiva [...], relacionados com a sobreposição do Secretariado do Comité Central ao próprio Comité Central. Por este facto, o Secretariado colocou-se acima do Partido tendo ganho e alimentado a ideia de que os camaradas que o compunham eram dentro do Partido os únicos capazes de realizar determinadas tarefas. Isto facilitou o culto do Secretariado como organismo e o culto de personalidade dos camaradas que o compunham”, *Conclusões e decisões...*, *Revista “O Militante”*, n.º 91, p. 3.

⁶⁵ ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 482.

⁶⁶ ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 483.

lizações do presente e resultavam, por outro, de “uma tendência anticentralista, “democrática” e “igualitarista”, pequeno-burguesa e anarquizante”⁶⁷ alicerçada em torno da discussão sobre o culto de personalidade, sendo que esta acusação surgiria como o utensílio justificativo do ataque dirigido ao Secretariado.

Para ÁLVARO CUNHAL a centralização do trabalho de direcção no Secretariado, face às condições existentes nos anos de 1949 e seguintes, foi a consequência de uma necessidade do partido e operou-se “para a sua defesa”⁶⁸. E, não obstante o facto de reconhecer que a centralização pelo Secretariado se tornou “excessiva” e que a “correção dos excessos do centralismo foi justa e correspondeu a uma necessidade da vida do Partido”⁶⁹, condenava a forma como a retificação se havia realizado, uma vez que, na sua opinião, ao corrigirem-se os excessos de centralismo se caiu “em excessos de “democratismo”, que, na sua evolução ideológica e prática, vieram a constituir toda uma tendência igualitarista e anarquizante pequeno-burguesa, que não só não teve em conta as condições de luta sob uma ditadura fascista, como acabou por contrariar os princípios do centralismo democrático”⁷⁰.

Neste texto, num primeiro momento, apresentava-se uma narrativa apologética em relação aos procedimentos da Direcção em 1949 e nos anos subsequentes, e, numa segunda fase, condenava-se o trabalho da Direcção nos anos de 1956 a 1959. Nesse sentido, afirmava-se que a cúpula dirigente do PCP no final dos anos cinquenta havia avaliado mal a situação política e acreditado “numa solução fácil, pacífica e a curto prazo do problema político português e na derrocado do fascismo”⁷¹, tese que constituiria uma das mais violentas críticas teóricas e estaria no centro da discussão ideológica que, paralelamente, se estava a travar no movimento comunista internacional.

ÁLVARO CUNHAL entendia que a tendência anarco-liberal havia começado a tomar forma a partir do V Congresso (com destaque para a condenação do culto de personalidade) e consubstanciou-se na defesa do “igualitarismo” e do “nivelamento” nos organismos directivos⁷². Este posicionamento de fundamento teórico, para o

⁶⁷ *Ibidem*.

⁶⁸ ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 484.

⁶⁹ ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 485.

⁷⁰ ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 486.

⁷¹ *Ibidem*.

⁷² “Tais sentimentos e ideias, largamente desenvolvidos em volta da “luta contra o culto de personalidade”, tendiam e tendem a negar as diferenças de nível de capacidade políticas dos militantes, as diferenças entre os seus méritos na actuação prática, as diferenças do valor das provas dadas por cada qual e do grau de confiança que cada qual merece e a “nivelar” artificial e ilusoriamente com-

autor, afastava-se dos princípios do centralismo democrático e nos “seus conceitos e na sua aplicação prática, foi uma tendência objectivamente revisionista”⁷³ sendo que, na sua opinião, a crítica do centralismo do trabalho e abusos de autoridade do Secretariado foi personificada neste órgão excluindo todo o restante partido de qualquer censura⁷⁴.

Para o futuro Secretário-Geral do PCP o modelo organizativo (“anarquizante”) proposto da Direcção na década de cinquenta, não apenas diminuiu a autoridade do Secretariado, como conduziu a uma situação de impasse directivo com consequências políticas significativas no que concerne à liderança da oposição em Portugal⁷⁵, mas também ao nível interno⁷⁶. O tema do centralismo democrático não era tratado apenas num contexto justificativo, visto que em *A tendência anarco-liberal na organização do trabalho de direcção* se ensaiava, também (como já referimos) uma denúncia dos métodos utilizados internamente e das leituras ideológicas de algumas dos princípios basilares do marxismo-leninismo.

petência, capacidade, confiança, prestígio e autoridade dos quadros. No domínio da direcção central, tais tendências opunham-se de facto à diferenciação e hierarquia de funções e responsabilidades e conduziam a um “igualitarismo” e “democratismo” absolutos muito próximos do anarquismo”, ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 507.

⁷³ ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 488.

⁷⁴ “O CC primeiro, o V Congresso depois, encontraram uma “fórmula” para caracterizar o “culto de personalidade” no PCP: teria havido, não apenas o culto da personalidade deste ou daquele camarada do Secretariado, mas “o culto da personalidade do Secretariado como organismo” (o “endeusamento do Secretariado como organismo”). Esta fórmula incorrecta e perigosa conduziu não só à diminuição da autoridade de alguns camaradas, como à luta sistemática e permanente, à oposição, à hostilidade, para com o “Secretariado do CC como organismo”. Alguns aspectos de tal situação ainda hoje persistem, com efeitos nocivos no trabalho de direcção e em todo o trabalho do Partido”, ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 489.

⁷⁵ “Se o Secretariado não pode publicar documentos e se, ao mesmo tempo, o CC e a Comissão Política, dada a situação de clandestinidade e as condições do seu funcionamento, não podem reunir com a prontidão que a situação por vezes reclama, o Partido deixa de responder prontamente a acontecimentos diários, perde a iniciativa, marcha em atraso dos acontecimentos, é conduzido insensivelmente a uma posição de reboque das outras forças antifascistas mais expeditas e prontas, desde de haver um elemento dirigente unificador da actividade política diária do Partidos e acção política do Partido sofre necessariamente oscilações, desactualizações, diferenças de sector para sector, perda efectiva de unidade”, ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 492.

⁷⁶ “A partir da desautorização do Secretariado como organismo, o lógico desenvolvimento das ideias anarquizantes contra a “autoridade”, das ideias “niveladoras” e “igualitaristas”, conduziu os organismos superiores a uma acção caótica, a uma efectiva “anarquia” e a uma deterioração do trabalho do CC, em fins de 1959, princípios de 1960”, ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 495.

No entendimento de ÁLVARO CUNHAL a correcção dos excessos de centralismo operada no final dos anos cinquenta redundou “numa luta aberta contra o centralismo”⁷⁷. Uma das consequências deste *modus operandi* e desta leitura restritiva do conceito de centralismo democrático encontrava-se no modo como se percepcionava a ideia de autonomia dos diferentes organismos do partido que, para o autor, resultaria numa “efectiva isenção do controlo” e na negação da “necessidade dum centro de direcção na actividade diária do Partido”⁷⁸. Na prática, do ponto de vista orgânico, como corolário dessa interpretação, foi criada uma Comissão de Coordenação (ainda que de duração efémera) e, para o autor, esta assumiu-se “uma das mais vivas e significativas expressões da tendência anarco-liberal na organização do trabalho da direcção”⁷⁹. Releva destacar que a crítica do autor a esta facticidade se apresentou em termos violentos, uma vez que este entende que as ideias “descentralizadoras” e “autonomistas” da direcção eram “o produto directo da influência nos quadros da Direcção das oscilações das camadas intelectuais e pequeno-burguesas que se seguiram à revelação do culto de personalidade no Partido Comunista da URSS”⁸⁰. A denúncia era de revisionismo (ou de oportunismo) e, face às discussões teóricas (fracturantes) que se desenvolviam no seio do movimento comunista internacional, obrigavam ÁLVARO CUNHAL a um débil exercício de malabarismo.

O equilibrismo, enquanto método, no processo de crítica à “tendência anarco-liberal” é particularmente evidente no que concerne à questão do “culto de personalidade”, tema que havia sido objecto de uma das mais expressivas censuras no XX Congresso do PCUS realizado em 1956. A este respeito, ÁLVARO CUNHAL parece, num primeiro momento, anuir na condenação a ESTALINE⁸¹, sendo que, no momento imediatamente

⁷⁷ ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 497. “No que respeita ao trabalho de direcção, alguns camaradas retêm, dos princípios do centralismo democrático, o “democrático”, mas rejeitam o “centralismo”. Aceitam o carácter electivo dos organismos de direcção, mas não aceitam, na direcção superior do Partido, a subordinação de organismos inferiores a organismos superiores; aceitam a discussão ampla, não a centralização da direcção; aceitam a crítica de baixo para cima (deles para cima), não de cima para baixo (de cima para eles); aceitam que se decida democraticamente, não que se execute disciplinadamente; aceitam o direito de discordar, não o dever de cumprir. Esquecem que o centralismo democrático é democrático, mas também centralismo”.

⁷⁸ ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 499.

⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁰ ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 500.

⁸¹ “O XX Congresso do PC da União Soviética realizado em, 1956 revelou e criticou o culto de personalidade de Stáline e expôs o rebaixamento da direcção colectiva, a diminuição da democracia interna do partido, os erros graves e as violações da legalidade socialista a que tal culto conduziu. As decisões do XX Congresso constituem não só um notável reforçamento do PC da União Soviética

seguinte, de forma aparentemente harmonizadora, aparenta inverter a sua leitura sobre a acção do antigo líder soviético⁸².

Torna-se particularmente difícil, nos argumentos de ÁLVARO CUNHAL, discernir entre aqueles que são em defesa de ESTALINE e aqueles que procuram justificar a acção dirigente do próprio, uma vez que a acusação de “culto de personalidade” é feita e personalizada em ambos⁸³. A abordagem é ilibatória da sua própria conduta e, em muitos casos, laudatória: “É justo dizer-se que muitos êxitos do Partido (entre os quais a criação dum verdadeiro Comité Central, a descentralização e a democratização do trabalho de direcção) se devem a acção desse Secretariado [ÁLVARO CUNHAL, JOSÉ GREGÓRIO e MANUEL GUEDES] e negá-lo, como o fez o CC em 1956 e o V Congresso em 1957, é outra inexactidão histórica”⁸⁴. Para o autor, que o afirmava de forma translúcida e lapidar, “não houve no PC Português o culto de personalidade em relação aos seus próprios dirigentes”⁸⁵, servindo essa acusação apenas para justificar “as tendências anarco-liberais que então começavam a tomar vulto na Direcção do Partido”⁸⁶.

e uma demonstração da sua força política e ideológica de vanguarda, como uma contribuição de inapreciável valor dada aos Partidos Comunistas de todo o mundo para a defesa dos princípios do marxismo-leninismo”, ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 517.

⁸² “O culto de Stáline, no que representou de exagero aos méritos, da atribuição que lhe foi feita a título pessoal de vitórias de todo o povo soviético e do PC da União Soviética e da sua Direcção leninista, generalizou-se a todos os Partidos Comunistas do mundo. Também o Partido Comunista Português aceitou, nesse plano, o culto de Stáline, também nos seus documentos se tornou eco errado do culto da personalidade de Stáline”, *ibidem*.

⁸³ “O CC e o V Congresso concluíram também pela existência do “culto de personalidade” em relação ao camarada Álvaro Cunhal (único nome citado como objecto de “culto”) e vários camaradas salientaram que esse foi o aspecto essencial do “culto de personalidade” no Partido Comunista Português”, ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 522.

⁸⁴ *Ibidem*. *Vide* ainda, personalizado na sua própria pessoa (ainda que não exclusivamente), a propósito e no contexto do período de prisão durante os anos cinquenta: “O caso do camarada Álvaro Cunhal é o exemplo mais característico. Com pretexto na “luta contra o culto de personalidade”, o *Avante!* – durante certa de dois anos (1956-1958) – deixou de falar no caso do camarada Álvaro Cunhal e deixou-se intencionalmente morrer a campanha que tinha eco nacional e internacional...”, ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 526.

⁸⁵ ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 523.

⁸⁶ ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 524. “A coberto da “luta contra o culto da personalidade (que se desenvolveu especialmente a partir de 1956), procurou-se e conseguiu-se desautorizar e de certa forma desacreditar o Secretariado do CC como organismo executivo superior; enfraquecer-se o controlo e a disciplina em todo o Partido e em especial na sua Direcção; dispensar-se, na prática, a existência de uma Comissão Central de Quadros, donde resultou o afrouxamento da vigilância e a condescendência em relação a erros e faltas graves; diminuir a ideia de responsabilidade; fortalecer o individualismo, o personalismo, a sobreposição das opiniões individuais às

A tendência anarco-liberal na organização do trabalho da direcção é um texto denso, profundamente justificativo e explicativo no que concerne aos problemas do “culto de personalidade” e do “centralismo democrático”, e vigoroso e acre na crítica às concepções de “autonomia”, “nivelamento” e “igualitarismo”. Na sua dupla dimensão, destaca-se a da delação daquilo que o seu autor considera ser “uma tendência objectivamente revisionista”⁸⁷ e “anarco-liberal” que constituía “o maior obstáculo à eficiência e elevação do trabalho de direcção central”⁸⁸ dado que havia influenciado “toda a actividade partidária num sentido negativo”⁸⁹ e provocado dificuldades tais que “conduziram à transformação do problema da direcção no mais absorvente problema nas preocupações e discussões da Direcção Central, desviando assim as atenções e esforços do Partido das suas tarefas políticas e organizativas e prejudicando gravemente o aproveitamento das condições objectivas particularmente favoráveis”⁹⁰. A correcção desse desvio organizativo e dessas práticas revisionistas assumia-se, dessa forma, como absolutamente central.

2.3. A correcção do desvio de direita: o problema da transição pacífica para o socialismo

Como frisámos *supra*, o trabalho ideológico de ÁLVARO DE CUNHAL em torno da correcção dos desvios revisionistas do final dos anos cinquenta materializou-se, ainda, num outro texto: *O desvio de direita nos anos 1956-1959 (Elementos de Estudo)*.

Este trabalho, originalmente publicado pelas Edições «Avante!» em Março de 1961⁹¹, assinado pelo Comité Central, mas, materialmente escrito por ÁLVARO CUNHAL⁹²,

colectivas, o desrespeito impune pelas decisões tomadas. O que se combateu não foi o culto de personalidade, inexistente no PC Português em relação aos seus próprios dirigentes, mas a autoridade dos organismos superiores do Partido e dos seus membros tomados individualmente. A pretexto da “luta contra o culto de personalidade” conduziu-se uma luta “niveladora” e contra os dirigentes, a “guerra” ao prestígio, à autoridade e à popularidade dos quadros mais destacados”.

⁸⁷ ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 531.

⁸⁸ ÁLVARO CUNHAL, “A tendência...”, *Obras...*, vol. II, p. 532.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ *Ibidem*.

⁹¹ *Vide*, em formato digital, COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, *O desvio de direita no Partido Comunista Português nos anos 1956-1959 (Elementos de Estudo)*, Edições «Avante!», Março de 1961: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04435.771#!1>

⁹² Este texto data da realização da reunião do Comité Central na qual ÁLVARO CUNHAL foi eleito Secretário-Geral do PCP.

surge, do ponto de vista cronológico, com uma diferença de apenas três meses em relação a *A tendência anarco-liberal na organização do trabalho da direcção*, datado de Dezembro de 1960. Os dois textos são complementares e inserem-se no âmbito da correcção ao desvio de direita do final dos anos cinquenta sendo que, tendo em consideração o contexto específico que ensombrou o movimento comunista internacional à época, o segundo se apresentava, ao nível ideológico, como tendencialmente mais fracturante, uma vez que a tese da transição pacífica foi, provavelmente, aquela que mais potenciou os conflitos doutrinários nos anos cinquenta e que levou à cisão ocorrida nos anos sessenta.

A tese da solução/transição pacífica foi acolhida no PCP sequência do XX Congresso do PCUS realizado entre 14 e 26 de Fevereiro de 1956. Como vimos *supra*, o Comité Central publicou em Outubro de 1956 *A situação política actual e a posição do Partido Comunista Português*. Neste texto afirmava-se de forma translúcida que: “O Comité Central do Partido Comunista Português, ao analisar a evolução da situação nacional e internacional e a crescente desagregação que se opera nas fileiras salazaristas, conclui que é hoje possível encontrar-se uma solução democrática e pacífica para o problema político nacional, que é possível expulsar do Poder o governo de Salazar sem guerra e sem violências”⁹³. Este texto constituiria a base do Informe apresentado por JÚLIO FOGAÇA (*A Unidade das Forças Anti-Salazaristas, Factor Decisivo para a Libertação Nacional*) no V Congresso do PCP.

Em *O desvio de direita nos anos 1956-1959 (Elementos de Estudo)*, ÁLVARO CUNHAL, escolheu começar pelas conclusões, ao invés de iniciar com os argumentos que permitiriam chegar a uma possível síntese (o que, depois, faria ao longo do texto). Nesse sentido, afirmava que o Comité Central havia concluído que “a definição da via pacífica para o derrubamento da ditadura fascista, nos termos em que foi feita e com as concepções que a acompanharam, representou um desvio de direita, um desvio oportunista”⁹⁴.

A articulação semântica é particularmente cuidadosa, uma vez que o então Secretário-Geral do PCP não caracterizava, *tout court*, a via pacífica como um desvio de direita ou oportunista, mas apenas “nos termos em que foi feita e com as concepções que a acompanharam”, isto porque, como vimos *supra* (e como fica demonstrado através de uma leitura integral do texto), a proposta da via pacífica como instrumento para edificação do socialismo estava no centro da discussão teórica do movimento comunista internacional.

⁹³ COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, *A situação política actual e a posição do Partido Comunista Português*, Edições «Avante!», 2.ª edição, Abril de 1957.

⁹⁴ ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 533.

Em certo sentido, era o próprio ÁLVARO CUNHAL que reconhecia, ainda que apenas de forma implícita, a tibiez da sua posição teórica, dado que admitia que entre as resoluções do XX Congresso do PCUS se encontrava uma segundo a qual haveria uma nova maneira de conceber a passagem do capitalismo para o socialismo nos diferentes países (“Entre essas resoluções, o XX Congresso, tendo em conta as alterações na correlação de forças mundial, colocou duma maneira nova o problema da passagem do capitalismo para o socialismo nos diferentes países afirmando “*a possibilidade real para diversos países de passar ao socialismo pela via pacífica (...) utilizando-se as instituições parlamentares existentes*”⁹⁵).

Conhecedor profundo da especificidade do caso português bem como dos artifícios da retórica política o autor ensaiou, ao longo do texto, uma interpretação criativa de uma das teses fundamentais do XX Congresso do PCUS (e que viria, aliás, a ser reconfirmada pelo XXII Congresso do PCUS).

Desta forma, ao mesmo tempo que admitia a legitimidade da proposta sufragada no conclave comunista da União Soviética (“Esta tese [a da via pacífica para o socialismo] conserva completa validade e abriu aos partidos comunistas e operários amplas e novas perspectivas”⁹⁶), afirmava que, no caso português, “a tarefa imediata do proletariado e do seu Partido não é a passagem do capitalismo para o socialismo, mas o derrubamento da ditadura fascista e a conquista da liberdade política”⁹⁷.

Era este o passo dedutivo que lhe permitia criticar violentamente o posicionamento do Comité Central do PCP a partir de 1956 que havia adoptado a tese da solução pacífica “não como uma mera possibilidade e uma aspiração, mas como a via para o derrubamento do fascismo, ou melhor (...) a via para o afastamento de Salazar do poder e a mudança de regime”, o que, constituindo uma “adopção mecânica da tese do XX Congresso”, levou à confusão entre “duas coisas completamente diversas”⁹⁸: a revolução proletária e a revolução democrática.

A posição conciliatória de ÁLVARO CUNHAL parece evidente. Percebe-se, assim, a facilidade com ao mesmo tempo, tão depressa acentuava as circunstâncias específicas de Portugal⁹⁹, como destacava (devido “as alterações na correlação de forças

⁹⁵ ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 534.

⁹⁶ *Ibidem*.

⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁸ *Ibidem*.

⁹⁹ “um Estado fascista, fortemente centralizado, militarista, com um poderoso aparelho militar, policial, judicial e burocrático, um Estado que não permite que se realizem eleições dignas desse

mundial”), a possibilidade de um crescimento do “movimento democrático português” ou o “crescimento das dificuldades e contradições do governo fascista”¹⁰⁰. Por esse motivo, referia que a solução pacífica do problema político português “não só é de desejar, como, numa conjuntura política muito especial, pode ser possível”¹⁰¹ sendo que, paralelamente, afirmava que o “LEVANTAMENTO NACIONAL deve ser o objectivo da acção das forças democráticas e em especial do nosso Partido e a perspectiva revolucionária a apontar às massas populares”¹⁰².

Se em relação ao modo de acolhimento em Portugal das teses do PCUS o autor revelava oscilação, tal já não se verificava em relação à forma como criticava a Direcção do PCP do final dos anos cinquenta e o seu posicionamento político¹⁰³ que acusava de ter manifestado “ideias oportunistas”. Ademais – e porque consentia que a tese da transição pacífica era possível em Portugal, e até historicamente admitida no PCP – condenava a falta de materialização dessa tese¹⁰⁴, que tanto podia alicerçar-se em soluções legalistas e constitucionais¹⁰⁵, como em golpes militares¹⁰⁶ ou até num levantamento nacional de carácter pacífico¹⁰⁷, ou seja, em

nome, que suprime as liberdades, que não autoriza os partido políticos, nem organização sindical livre, nem imprensa livre, nem possibilidade de reunião, um Estado que refreia, reprime e esmaga com brutalidade e terror as mais ligeiras reclamações democráticas e populares”, ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 535.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹ *Ibidem*.

¹⁰² *Ibidem*.

¹⁰³ “Numa transplantação mecânica para as condições da ditadura fascista portuguesa e com vistas ao seu derrubamento numa tese válida para a passagem pacífica do capitalismo para o socialismo em condições sociais e políticas muito diversas, acabou por se apresentar uma perspectiva confusa, desorientada e desorientadora. O Partido colocou a solução pacífica como *a via* para a substituição do regime, mas nunca indicou com suficiente clareza que via era essa. Confusões, vacilações, ideias oportunistas, acompanharam durante vários anos a política da solução pacífica, tal como o nosso Partido a traçou”, *ibidem*.

¹⁰⁴ “É preciso notar-se que, sendo embora a solução pacífica uma palavra central do Partido, nunca se definiu de forma suficientemente precisa em que consistia tal solução pacífica. Dizer que o caminho é a solução pacífica é uma maneira genérica de designar um tipo de solução, não a indicação de que solução se trata”, ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 536.

¹⁰⁵ “Antes e durante as “eleições” presidenciais de 1958, a solução pacífica foi, no espírito de muitos, *a possibilidade de uma vitória eleitoral*”, *ibidem*.

¹⁰⁶ “No último período da mesma campanha “eleitoral”, militares anti-salazaristas, mais ou menos em volta do general Delgado, conspiraram com o objectivo de dar um *golpe militar*. (...) O Partido e a sua Direcção deixaram-se impregnar pela confiança no golpe militar, depositaram nele as esperanças para o afastamento de Salazar e a queda do regime fascista. Em consequência, mantendo-se a consigna da solução pacífica do problema político português, *a ideia de solução pacífica alargou-se*

modelos completamente distintos e até mesmo antagónicos. Por um lado, a censura realizada por ÁLVARO CUNHAL à Direcção era, essencialmente, formal, dado que aquilo que o autor acusava a liderança do partido poderia designar-se de tacticismo. Por outro lado – e possivelmente mais grave – afirmava de forma cristalina que, durante aquele período, a grande preocupação (estratégica) do PCP consistia em “*tranquilizar os elementos conservadores que se destacam do fascismo*” de maneira a não os “assustar com a ideia de uma revolução” e de não os “fazer recuar com tal ideia”, visto que, no seu entendimento, a solução pacífica preconizada pela Direcção “*não era a conquista do poder por meios pacíficos pelas forças democráticas, não era o derrubamento da ditadura pela acção popular mas o “afastamento” de Salazar por uma acção de fascistas descontentes, o afastamento de Salazar em consequência da desagregação do seu próprio regime*”¹⁰⁸.

Para o então Secretário-Geral do PCP o partido havia-se posicionado, entre 1956 e 1959, na expectativa de que o Salazarismo se estaria a fragmentar e entraria, subsequentemente, em processo de desagregação¹⁰⁹. Essa atitude (passiva/táctica), produto, no entendimento de ÁLVARO DE CUNHAL, duma leitura incorrecta da realidade épocal¹¹⁰ e do “desejo de que fosse verdade aquilo que se afirmava”¹¹¹, teve como principal consequência a desvalorização da acção das massas através de uma inversão do seu papel, uma vez que estas, em conjunto com as forças democráticas, e ao contrário do desejável, já não eram encaminhadas “no sentido do assalto ao poder e sua conquista”¹¹², alimentando-se a crença de que “mesmo sem acções de

de forma a poder também abranger o golpe militar”, ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, pp. 536 a 537.

¹⁰⁷ “Entretanto, a solução pacífica que o Partido Comunista Português preconiza não é de forma alguma uma acção passiva. Pelo contrário, será um verdadeiro levantamento nacional de carácter pacífico, será uma luta generalizada de toda a Nação que culminará em formas de luta aberta contra o salazarismo as quais poderão assumir o carácter de greves gerais políticas”, COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, *Avante!*, ano 28, Série VI, n.º 272, 2.ª quinzena de Fevereiro de 1959.

¹⁰⁸ ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 538.

¹⁰⁹ “Vemos assim que, durante cerca de três anos (pois a partir de meados de 1959 os termos em que é colocada a desagregação do salazarismo se tornam mais comedidos), a concepção da “desagregação contínua”, “irreversível”, “inevitável”, breve, da ditadura fascista, é uma constante da orientação política do Partido”, ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, pp. 540 a 541.

¹¹⁰ “Com tais interpretações apressadas de alguns acontecimentos ao sabor dos nossos desejos, procurou-se, um tanto forçadamente, acertar os factos com as ideias que deles havia, em vez de basear as nossas ideias na análise objectiva e não idealizada dos factos”, *ibidem*.

¹¹¹ *Ibidem*.

¹¹² ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 543.

massas, a ditadura fascista cairia inevitavelmente, como consequência do processo objectivo da sua rápida desagregação”¹¹³. Note-se que, o autor não negava, na esteira de LENINE, a importância da desagregação do regime enquanto instrumento necessário para garantir a revolução vitoriosa. No entanto, considerava que “se a acção popular é um meio de desagregação do inimigo, essa desagregação não resolve, por si, o seu colapso. Ela apenas é *uma condição favorável para o assalto ao poder pelas forças que se propõem conquistá-lo*”¹¹⁴. Mais, para ÁLVARO CUNHAL o processo de desagregação do regime não significava sequer que o derrubamento fosse pacífico, dado que “uma insurreição armada vitoriosa” pressuporia, também, que o regime já apresentasse um certo grau de desagregação. Assim, e porque, em regra, nenhum regime claudica por desagregação, mas antes pela acção revolucionária das massas, a decomposição do *status quo* “não pode (...) ser colocada como objectivo político das classes revolucionárias e dos partidos revolucionários” embora, na opinião do líder comunista, tenha sido isso que tenha acontecido quando o partido colocou “a desagregação do regime fascista como objectivo da sua acção”¹¹⁵ e favoreceu o “culto da espontaneidade, de atentismo”¹¹⁶.

Não era apenas a tese da desagregação do regime que merecia repúdio em *O desvio de direita nos anos 1956-1959 (Elementos de estudo)*, uma vez que críticas de calibre idêntico eram feitas, paralelamente, às teses golpistas.

No entendimento do autor, a possibilidade de derrubamento do regime através de um golpe militar colidiu, num primeiro momento, com as “ilusões legalistas” do partido. Num segundo momento, e superando as ilusões legalistas (ou conjuntamente com estas), “deixou-se tomar pelas características ilusões golpistas”¹¹⁷. Ilusões porque, na sua perspectiva, não havia condições para avaliar da possibilidade de um golpe vitorioso¹¹⁸. Ademais, o autor destacava que o partido, inicialmente,

¹¹³ *Ibidem*.

¹¹⁴ ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, pp. 543 a 544.

¹¹⁵ *Ibidem*.

¹¹⁶ ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 545.

¹¹⁷ “Praticamente, quase bastou que se dissesse e repetisse que os amigos do general H. Delgado fariam o golpe para que se acreditasse nele”, ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 553.

¹¹⁸ “Entretanto, nas concepções políticas dominantes e na actuação prática do Partido não houve apenas a consideração da viabilidade dum golpe, mas a crença caracteristicamente golpista na realização vitoriosa dum golpe, sem se terem elementos seguros para ajuizar da sua organização, das suas forças, dos seus planos, e essa outra crença também caracteristicamente golpista de que basta para o alastramento vitorioso dum golpe militar que ele principie em algum lado”, *ibidem*.

apoiou o golpe aceitando não participar na direcção do mesmo¹¹⁹ e que a Direcção do partido se recusou a reconhecer que se tenha deixado influenciar pelas ilusões golpistas, embora, na sua opinião, tenha sido exactamente isso que se verificou¹²⁰.

No entendimento de ÁLVARO CUNHAL, a ideia de desagregação irreversível do regime encontrava-se directamente conectada com a “Política de Transição” (concepção desenvolvida pela Organização Comunista Prisional do Tarrafal a partir de 1943), enquanto tendência “direitista e oportunista” que defendia que a “queda da ditadura fascista resultaria em larga medida dum processo automático, que as acções de massas poderiam quando muito estimular e apressar”¹²¹. Ora, para o autor a teoria da desagregação irreversível “animou ilusões legalistas” que se apresentavam como uma das características da “política de transição” ao mesmo tempo que estimulou “as ilusões golpistas” e não apenas tendia para “colocar o Partido na cauda dos movimentos espontâneos”, como significou “o apagamento do papel de vanguarda da classe operária e do seu Partido no movimento democrático nacional e conferiu efectivamente a hegemonia e a direcção efectiva do movimento antifascista à burguesia liberal e aos conservadores que se destacam do fascismo”¹²².

A crítica do Secretário-Geral à Direcção do PCP do final dos anos cinquenta era quase colérica uma vez que paralelamente à acusação de oportunismo se utilizava, como qualificativo da acção prática, no contexto da defesa de uma greve política, geral e pacífica (ideia que se havia formado a partir de 1956), o epíteto de anarquista¹²³. Isto porque, na sua opinião, para “que através duma greve geral política

¹¹⁹ “Deve ainda sublinhar-se que, embora manifestando-nos dispostos a apoiar tal movimento, não fizemos qualquer proposição no sentido duma participação nossa na direcção do movimento. Isto é: aceitando a ideia de tal movimento para derrubar o fascismo, concordámos em que toda a sua direcção revolucionária ficasse a cargo duma Junta Militar, de cuja composição e natureza nada mais conhecíamos além do documento tornado público e de informações veladas de democratas da Junta Nacional de Libertação”, ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 556.

¹²⁰ “Mas o próprio facto de, por um lado, se reconhecer que tais ilusões predominaram largamente na forças democráticas e nas massas populares e se espalharam no próprio Partido, e se ter, por outro lado, feito silêncio em relação às influências golpistas, ter-se afirmado e insistido que não havia tendências golpistas a combater, que a velha maneira de considerar os golpes militares tinha sido ultrapassada, mostra bem que a Direcção do Partido não se limitou a considerar, duma forma fria e realista, a viabilidade dum golpe militar, mas que ela própria foi influenciada pelas ilusões golpistas”, ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 557.

¹²¹ ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 558

¹²² ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 560.

¹²³ “A greve política, geral e pacífica, seria declarada, seria decretada, as forças armadas viriam confraternizar para a rua e a ditadura fascista cairia assim, mansamente, sem efusão de sangue. Os camaradas que assim pensam, poderão talvez julgar que pensam como marxistas-leninistas. Mas não.

possa impor-se o derrubamento da ditadura fascista é necessário que ela se converta num levantamento nacional, e caso se imponha, numa insurreição armada”¹²⁴. Esta ideia constitui o busílis do problema no contexto da discussão que, naquele momento histórico, ocupava o centro do debate teórico no movimento comunista internacional e que, em certo sentido, colocava o líder comunista perante o problema da quadratura do círculo. Como compatibilizar a proposta da solução pacífica emanada do XX Congresso do PCUS (e confirmadas, posteriormente, no XXII Congresso do PCUS) com a teoria da revolução que obriga a um levantamento nacional e eventual insurreição armada?

Provavelmente consciente da necessidade de delimitar a ideia de “solução pacífica”, ÁLVARO CUNHAL esclarecia que essa seria “*aquela que se dá sem um choque armado violento*”¹²⁵. Assim, para que o governo do Estado Novo pudesse ser derrubado no âmbito de uma transição pacífica sem se produzir um choque armado violento (admitindo, naturalmente, essa hipótese), seria necessário que se verificassem duas condições cumulativas: “o desenvolvimento do movimento democrático a pontos de aparecer como irresistível aos olhos de governantes e governados” e “o enfraquecimento do Estado fascista a pontos de o seu aparelho repressivo se revelar inoperante”¹²⁶. No entanto, essa possibilidade (a da solução pacífica) estava dependente de um conjunto tão variado de factores que não se poderia “prevê-lo à distância”¹²⁷, até porque, segundo o autor, a “existência ou não existência de condições para uma solução pacífica podem variar num curto espaço de tempo”¹²⁸ sendo que, naquele momento (o texto data de Março de 1961)¹²⁹, não se poderia colocar “a via pacífica para o seu derrubamento como a saída mais provável e mais viável”¹³⁰. Fica, no entanto, a dúvida sobre qual seria o momento e as circunstâncias

Estas ideias encontram as suas verdadeiras raízes em concepções anarquistas do século passado, em concepções acerca do papel da greve geral muito próximas das dos bakuninistas”, ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 566.

¹²⁴ ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 567.

¹²⁵ *Ibidem*.

¹²⁶ ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 568.

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 569.

¹²⁹ “Toda a política fascista mostra que Salazar e a sua camarilha estão decididos a não entregar pacificamente o poder, estão dispostos a fechar os caminhos pacíficos para a democratização, estão decididos a opor-se pela violência mais brutal à manifestação livre da vontade da nação, a empregar as armas, a sufocar pelo terror o movimento democrático nacional, a afoga-lo em sangue no dia em que ele ponha em risco a sua existência”, ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 570.

¹³⁰ ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 569.

adequados para que a solução pacífica surgisse como uma opção válida, uma vez que o líder comunista não o esclareceu¹³¹.

Apesar de tudo, o autor apontava uma alternativa: a do levantamento nacional¹³². Para que este se pudesse materializar, seria imprescindível que pelo menos uma parte das forças armadas abandonasse o regime, sendo obrigatório que se desenvolvesse “actividade de organização e agitação nas forças armadas”, sem que tal significasse que caberia às forças armadas “dar *um golpe* para derrubar a ditadura”¹³³.

Em *O desvio de direita nos anos 1956-1959 (Elementos de estudo)*, ainda que não de forma absolutamente evidente, também se debate, em parte (o tema é abordado com alguma superficialidade), a propósito da discussão sobre o papel da classe operária, o problema da luta de classe que, como vimos *supra*, foi a principal fonte de alimentação, no início da década de sessenta, para o conflito quer redundou no cisma sino-soviético.

Como parece claro da leitura deste texto, ÁLVARO CUNHAL estabelecia como fio condutor da sua crítica à Direcção do partido a ideia sustentada no final dos anos cinquenta de que o derrube da ditadura se operaria no contexto de um processo de “desagregação irreversível”. Na sua visão, e se por um lado, esta concepção enferrou todo o trabalho do partido¹³⁴, por outro foi consequência de uma intenção propagandística e influenciado “pela ideia de tranquilizar a burguesia não monopolista, de lhe agradar pela sua moderação, de “esclarecer” não as amplas massas trabalhadoras, mas sobretudo os elementos conservadores renitentes à unidade” e que conduziu ao sacrifício, “numa posição oportunista”, de “alguns

¹³¹ Embora refira um momento (Maio-Junho de 1958, no contexto das eleições presidenciais) em que tais condicionais poderiam estar reunidas. No entanto, essa apreciação é feita *a posteriori*, o que impede a avaliação da validade da tese proposta.

¹³² “*Em vez de insistir na possibilidade e proximidade da solução pacífica por “desagregação irreversível” do regime, o Partido deve apresentar ao povo português e às forças democráticas, como caminho para o derrubamento do fascismo, o levantamento nacional. E um levantamento nacional vitorioso terá de adquirir a forma de poderosas manifestações de massas, incluindo eventualmente uma greve geral política, terá de contar com o apoio duma parte das forças armadas ou pelo menos da neutralidade de importantes sectores dessas forças e deverá ter como objectivo derrubar a ditadura pela força caso ela resista pela força*”, ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, pp. 571 a 572.

¹³³ *Ibidem*.

¹³⁴ “O facto de se depositarem as esperanças do derrubamento da ditadura na acção de elementos conservadores levou o Partido a deixar de tomar a iniciativa política sobretudo no que respeita à luta legal e a conferi-la largamente à burguesia liberal”, ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 580.

aspectos da acção independente do proletariado e do seu Partido”¹³⁵. O objeto da contenda constituiu a chave interpretativa do marxismo e é elemento central na sua definição e construção teórica: a luta de classes.

Tranquilizar a burguesia não monopolista constituiu um objectivo do PCP no final dos anos cinquenta¹³⁶, sendo que, para tal, importava perceber se a proposta da solução pacífica era ou não compatível com a tese da luta de classes. O líder comunista não questionava o desigual desenvolvimento do capitalismo, o domínio dos monopólios e o aumento do antagonismo entre os grupos monopólios e as restantes camadas do povo, mas, ao contrário das teses propugnadas anteriormente no partido, entendia que dessas preposições não se poderia concluir que se diluísse “o conflito entre o capital e o trabalho” ou que tal significasse que a burguesia não monopolista, “nas suas relações de classe com o proletariado”, pudesse colaborar com este¹³⁷ o que constituía uma crítica especificamente dirigida à Direcção anterior do partido. Na sua opinião, a proposta táctica do PCP havia sido uma posição oportunista com consequências na luta dos operários¹³⁸.

¹³⁵ ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, pp. 580 a 581.

¹³⁶ No Informe apresentado por JÚLIO FOGAÇA (Ramiro) no V Congresso em Outubro de 1957 afirmava-se o seguinte: “Apesar de haver antagonismos de classe entre o proletariado e a burguesia é possível um entendimento entre estes e a burguesia não-monopolista em volta de problemas tão instantes como a elevação do nível de vida das massas, a luta contra a acção dos monopólios, contra o perigo de guerra, contra a ausência das liberdades democráticas fundamentais, etc. Estes factores fazem com que se esteja a vincular uma identidade imediata de acção em volta de objectivos comuns, que unem na luta contra os monopólios e contra a acção do Governo de Salazar a classe operária, as massas camponesas, a intelectualidade a burguesia não-monopolista”, *A Unidade...*, pp. 30 a 31. A mesma ideia seria reafirmada, mais tarde, por JOÃO em “Acerca da possibilidade de uma solução pacífica do problema político português”: “Na presente fase da situação nacional a luta de classes é necessária e inevitável. Necessária porque sem ela não se pode forjar a unidade da classe operária e soldar a aliança entre os operários e os camponeses – que é a base da frente anti-salazarista e da conquista da Democracia – inevitável porque não é possível eliminar, numa larga frente anti-salazarista, os interesses e antagonismos e permanentes das várias classes que a compõem ou nela estão representadas. É, porém, justo, que a luta de classes não seja levada, no presente momento, até ao extremo de provocar a ruptura da frente anti-salazarista”. Ciente do problema teórico acrescenta, através do que poderemos considerar uma fuga táctica (como, aliás, o próprio reconhece) que: “No momento presente, a contradição principal é a que opõe o salazarismo à nação portuguesa e o regime de Salazar, representante dos monopólios, é o inimigo número um do povo português. Isto significa, no plano táctico, que a luta de classes no nosso país deve ser principalmente dirigida contra Salazar e os monopólios que ele representa”, *Revista “O Militante”*, ano 25, III Série, n.º 97, Outubro de 1958, pp. 2 a 3. *Vide*, edição digital: <http://www.ges.pcp.pt/bibliopac/imgs/mil03097.pdf>

¹³⁷ ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 581.

¹³⁸ “Estas ideias tendiam a enfraquecer e a atenuar a luta dos operários nas suas empresas contra o respectivo patronato, sacrificando essa luta de interesse primordial à ideia de atrair a burguesia não

Com o texto *O desvio de direita nos anos 1956-1959 (Elementos de estudo)* ÁLVARO CUNHAL pretendeu dar continuidade e finalizar o processo de correcção (iniciado com *A Tendência Anarco-Liberal na Organização do Trabalho de Direcção*) da linha ideológica do partido que se havia corporizado no PCP no período posterior ao XX Congresso do PCUS.

Tal não significa que, pelo menos a nível interno, o trabalho tenha sido absolutamente bem sucedido visto que a proposta de correcção do “desvio de direita” sugerida por ÁLVARO CUNHAL não foi suficiente para impedir a recepção em Portugal e no PCP das teses que emergiram a partir das críticas chinesa e albanesa (que se materializariam, a nível internacional na autonomização ideológico-programática do maoísmo) à perspectiva dos soviéticos. Os estremecimentos do conflito sino-soviético em Portugal foram corporizados, numa primeira fase, em torno da figura de FRANCISCO MARTINS RODRIGUES¹³⁹, mas, num segundo momento, assistimos à fragmentação do movimento comunista português e ao surgimento de uma miríade de partidos políticos herdeiros da pluralidade de concepções originárias dos movimentos dogmáticos, ortodoxos ou esquerdistas.

2.4. Álvaro Cunhal na vanguarda da defesa da ortodoxia soviética

Depois de ultrapassado e corrigido o desvio de direita, em Agosto de 1963, ÁLVARO CUNHAL, na reunião do Comité Central do PCP, apresentou o Informe *A situação no movimento comunista internacional*¹⁴⁰. O Informe versava sobre o problema chinês (embora não só) e sobre a reprovação que aqueles faziam da linha geral do movimento comunista internacional, sendo que, logo à partida, e de forma absolutamente transparente, se deixava entrever o posicionamento táctico do partido de apoio incondicional ao PCUS e de crítica aos chineses¹⁴¹.

monopolista à frente anti-salazarista”, ÁLVARO CUNHAL, “O desvio de direita...”, *Obras...*, vol. II, p. 582.

¹³⁹ *Vide*, sobre este dissente comunista e, em particular, os seus principais textos teóricos, JOÃO MADEIRA, *Francisco Martins Rodrigues. Documentos e papeis da clandestinidade e da prisão*, Lisboa, Editores Ela por Ela e Abrente, 2015.

¹⁴⁰ O resumo do Informe apresentado por ÁLVARO CUNHAL foi publicado em «Avante!», Ano 33, Série VI, n.º 334, Outubro de 1963. *Vide*, edição digital: <http://www.ges.pcp.pt/bibliopac/imgs/AVT6334.pdf>

¹⁴¹ “A situação no movimento comunista internacional tem evoluído duma forma desfavorável. A unidade é precária e existe o perigo de uma cisão. A razão fundamental desta situação é a seguinte: O Partido Comunista da China está em desacordo com a linha geral do movimento comunista inter-

Tal como destaca JOSÉ PACHECO PEREIRA, o Informe apresentado por ÁLVARO CUNHAL não foi o primeiro documento publicado em nome do PCP sobre o conflito sino-soviético¹⁴², isto porque, em Setembro de 1960 – em pleno combate teórico e interno contra o desvio de direita e em momento anterior aos textos que materializariam essa correcção ideológica – a Comissão Política do partido publicou, na Revista “*O Militante*”, o texto *Três Problemas de Actualidade*¹⁴³, através do qual se pronunciou sobre o problema chinês¹⁴⁴ (e, em particular, sobre *Viva o Leninismo!*, ainda que sem nunca o citar¹⁴⁵).

Para JOSÉ PACHECO PEREIRA “a tomada de posição a favor do PCUS não pode ter deixado de ser incómoda para as posições de Cunhal, porque, na economia do texto, existem recuos significativos nas posições frontais de crítica ao “desvio de direita”, recuos patentes na ênfase de questões – como a “coexistência pacífica” e a via legal para o derrube do regime, da luta pacífica – que eram exactamente aquelas que dividiam Cunhal de Fogaça”¹⁴⁶.

nacional adoptada unanimemente nas conferências de Moscovo de 1957 e 1960, combate violentamente essa linha, não a segue na sua acção prática e leva a cabo uma actividade cisionista. Daí a origem das dificuldades”, ÁLVARO CUNHAL, “A situação...”, *Obras...*, vol. II, p. 381.

¹⁴² “Em Setembro, o PCP publica um documento da sua Comissão Política que é a primeira referência pública ao conflito sino-soviético, se bem que indirecta e difícil de descodificar a não ser por quem estivesse muito por dentro dos acontecimentos internacionais, o que não acontecia com a esmagadora maioria dos militantes e mesmo dos funcionários do partido”, JOSÉ PACHECO PEREIRA, *O Um...*, p. 129.

¹⁴³ Revista “*O Militante*”, “Três Problemas de Actualidade”, Ano 26.º, III Série, n.º 106, Setembro de 1960. *Vide* em versão digital: <http://www.ges.pcp.pt/bibliopac/imgs/mil03106.pdf>

¹⁴⁴ *Vide*, por exemplo, a passagem sobre a guerra mundial: “O mundo caminha irresistivelmente para o socialismo e o comunismo. Mas a ”revolução não se exporta”. É ao proletariado de cada país que cabe a tarefa de realizar a sua própria revolução. Já houve quem dissesse que, sendo a guerra mundial o fim do capitalismo, não seria forçoso aguardar o amadurecimento das condições revolucionárias em cada país. Tal posição não é correcta. Não só o proletariado não pode ser indiferente às terríveis destruições e sacrifícios atrasariam longos anos a marcha para o socialismo e o comunismo. Pretender derrotar o capitalismo através duma guerra mundial, seria uma aventura, própria de discípulos de Bonaparte, não de discípulos de Marx, Engels e Lénine. O socialismo triunfará internacionalmente na competição pacífica internacional”, “Três...”, *O Militante*, n.º 106, p. 4.

¹⁴⁵ “*Três problemas de actualidade* é uma resposta indirecta ao *Viva o Leninismo!*, mesmo sem o citar, nem haver qualquer referência às posições do PCC. O documento, como outros que se lhe seguem, é um exercício de equilíbrio entre a fidelidade externa às posições soviéticas e a necessidade interna de não as tornas uma legitimação do “desvio de direita”, que a “viragem radical” desejada por Cunhal pretendia erradicar. É possível que o objectivo do artigo fosse mostrar que uma coisa era a crítica ao “desvio de direita” e outra a fidelidade às posições do PCUS, evitando que Fogaça e os membros do CC que defendiam as teses krutchevianas colassem as posições de Cunhal às teses chinesas”, JOSÉ PACHECO PEREIRA, *O Um...*, p. 130.

¹⁴⁶ JOSÉ PACHECO PEREIRA, *O Um...*, p. 133.

Em Novembro e Dezembro de 1960 – como já vimos – realizou-se em Moscovo a Conferência dos Partidos Comunistas, reunião em que o PCP se fez representar, mas não por ÁLVARO CUNHAL¹⁴⁷. Apenas em Março de 1961 seria divulgado um documento sobre a posição do PCP e sobre os resultados da Conferência realizada em Moscovo no final de 1960 (*Sobre a Conferência dos 81 Partidos Comunistas e Operários em Moscovo*¹⁴⁸).

Ainda em 1961 ÁLVARO CUNHAL saiu de Portugal para Moscovo. O exílio do Secretário-Geral do PCP prolongou-se até 1974. É precisamente, durante este período de ostracismo (mais precisamente em Agosto de 1963) que escreve *A situação movimento comunista internacional*. Este texto que, como vimos *supra*, constituiu um Informe apresentado na reunião do Comité Central, surge após o processo de correcção da linha oportunista de direita e, nos seus termos, é uma crítica à posição dos chineses e dos albaneses e apresenta-se como um verdadeiro panegírico da posição soviética.

Neste texto o problema foi abordado diacronicamente. Assim, a partir de uma análise de sucessivos momentos cronológicos, o líder comunista traçou o quadro evolutivo do conflito que, em 1963, parecia afastar de forma decisiva os soviéticos dos chineses. Ciente dessa separação, o PCP não hesitou quando ao seu posicionamento: ficaria ao lado do PCUS, ou seja, com o movimento comunista internacional¹⁴⁹.

A principal crítica dirigida ao PCC era de dogmatismo. Parte desta acusação sustentava-se na posição chinesa em torno da tese da coexistência pacífica que estava intrinsecamente conectada com os problemas da revolução e da luta de classes. No entendimento de ÁLVARO CUNHAL, os chineses contestavam a ideia de que os estados socialistas poderiam coexistir pacificamente com os estados capitalistas (imperialistas) pelo que, subsequentemente, um conflito militar a larga escala era inevitável¹⁵⁰. Nesse contexto, tomando como exemplo a crise dos mísseis cubanos,

¹⁴⁷ “O PCP esteve presente na Conferência de Moscovo a que enviou uma delegação que não era de alto nível (Pedro Soares?), dado que Cunhal permanecia no interior e, embora pouco se saiba sobre o seu papel, o partido pouco mais poderia ter feito do que marcar presença”, JOSÉ PACHECO PEREIRA, *Álvaro...*, vol. 4, p. 123.

¹⁴⁸ COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, *Sobre a Conferência dos 81 Partidos Comunistas e Operários em Moscovo*, Março de 1961. *Vide*, sobre o conteúdo do documento e as posições aí assumidas, JOSÉ PACHECO PEREIRA, *Álvaro...*, vol. 4, pp. 123 a 125.

¹⁴⁹ “As divergências ideológicas são cada vez mais profundas e a actuação política concreta dos dirigentes do PC da China é hoje abertamente contrária e hostil à do movimento comunista internacional. As dificuldades existentes aparecem largamente expostas aos olhos do inimigo”, ÁLVARO CUNHAL, “A situação...”, *Obras...*, vol. II, p. 383.

¹⁵⁰ “Pelas suas concepções e pela sua política conclui-se que os camaradas chineses consideram que o caminho para o triunfo do socialismo passa necessariamente por uma guerra mundial. Daí as suas

o PCC era acusado de esquerdismo e aventureirismo¹⁵¹. Note-se que, a posição soviética – e sustentada pelo PCP – era a de que não só a doutrina da coexistência pacífica era a única alternativa para uma guerra nuclear, como, na sua essência, era uma forma de luta contra o imperialismo, não representando “nem conciliação de classes, nem abrandamento da luta de classes, nem abrandamento da luta libertadora dos povos submetidos ao jugo imperialista, nem exclusão de revoluções armadas ou de guerras justas de libertação”¹⁵².

A posição do Secretário-Geral do PCP era uma resposta à «carta dos 25 pontos»¹⁵³. Tendo presente a ideia de que a solução proposta por chineses e albaneses acerca da construção do mundo comunista se alicerçava em torno de uma concepção revolucionária e belicista, ÁLVARO CUNHAL procurou realçar a tese de que existiriam vários caminhos possíveis para o socialismo, constituindo a coexistência pacífica um deles¹⁵⁴ sendo que esta, não só não era incompatível com a luta de classes,

críticas à política de coexistência pacífica, a sua luta contra as negociações e acordos para diminuir a tensão internacional, a sua oposição à luta pelo desarmamento”, *ibidem*.

¹⁵¹ “Admitamos esta formulação e esta linguagem e vejamos a essa luz o comportamento dos camaradas chineses durante a crise de Cuba. No momento mais agudo da crise, quando pairava sobre o mundo a real ameaça da guerra nuclear, na imprensa, na rádio, em assembleias, gritavam em todos os tons: “nada de compromissos!”, “nada de capitulações!”, “o imperialismo é um tigre de papel!”. É evidente que se tratava nesse momento duma “luta concreta” contra o imperialismo e não da “perspectiva”, tratava-se duma posição no “plano tático” e não no “plano estratégico”. Nessa “luta concreta”, os camaradas chineses estavam “desprezando o inimigo no plano tático”, o que significa, segundo eles próprios, uma linha esquerdista e aventureirista. A sua própria formulação os condena, A sua própria formulação não deixa lugar a dúvidas quando à sua política esquerdista, aventureirista, que poderia de facto pôr em jogo a sorte da humanidade”, ÁLVARO CUNHAL, “A situação...”, *Obras...*, vol. II, p. 386.

¹⁵² ÁLVARO CUNHAL, “A situação...”, *Obras...*, vol. II, p. 388.

¹⁵³ *Vide*, por exemplo, no final do ponto XV quando os chineses afirmavam que “O aparecimento de armas nucleares não resolveu, e não pode resolver, as contradições fundamentais do mundo contemporâneo, não alterou, e não pode alterar, a lei da luta de classes, e não mudou, nem pode mudar, a natureza do imperialismo e de todos os reacionários. Não se pode, portanto, afirmar que com o aparecimento de armas nucleares a possibilidade e a necessidade de revoluções sociais e nacionais desapareceu, ou que teses básicas do marxismo-leninismo, e especialmente as teses da revolução proletária e da ditadura do proletariado, e da guerra e da paz, tornaram-se anacrônicas, transformando-se em “dogmas” antiquados”, *in* <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1963/06/14.htm>

¹⁵⁴ “as formas de passagem do capitalismo ao socialismo não serão necessariamente idênticas nos vários países. Elas dependem por um lado da conjuntura internacional, e por outro lado, em cada país, do grau de desenvolvimento do capitalismo, do tipo do Estado da burguesia, da intensidade da sua resistência ao ascenso do movimento revolucionário, da correlação de forças das várias classes sociais, do sistema de alianças, da maturidade política e da organização da classe operária e da sua vanguarda”, ÁLVARO CUNHAL, “A situação...”, *Obras...*, vol. II, p. 394.

como tal não obstava à conquista do poder político por parte do proletariado. Ademais, o líder comunista destacava também a possibilidade de os partidos comunistas poderem utilizar o jogo político parlamentar e eleitoral para prosseguirem com o processo revolucionário¹⁵⁵. Ora, a crítica dos chineses, plasmada na «carta dos 25 pontos», era a de que, na sua visão, o ensinamento de LENINE era de que “as classes dominantes jamais cedem o poder voluntariamente”, de onde concluíam que nenhum governo burguês cairia a não ser que fosse forçado e ainda que KARL MARX e LENINE tivessem admitido o desenvolvimento pacífico de uma revolução tal possibilidade era extremamente rara não havendo até àquele momento “na história mundial, um precedente de transição pacífica do capitalismo para o socialismo”¹⁵⁶. Acresce ainda que esta leitura (a dos chineses) parecia ser aquela que resultava de dois textos anteriores, da Declaração de 1957¹⁵⁷ e do Comunicado de 1960¹⁵⁸, ainda que, em ambos os textos, se refira, também, a existência de diferentes caminhos para o socialismo (na Declaração de 1957 afirma-se que: “The possibility of one or another way to socialism depends on the concrete conditions in each country”, enquanto que no Comunicado de 1960 se refere que: “The actual possibility of the one or the other way of transition to socialism in each individual country depends on the concrete historical conditions”).

Ao mesmo tempo que o líder comunista rejeitava a tese chinesa e defendia a proposta da coexistência pacífica dos soviéticos, alertava para as circunstâncias específicas do caso português. Para o Secretário-Geral do PCP, “o problema da passagem duma ditadura fascista para uma democracia burguesa é um problema diverso do problema da passagem do capitalismo para o socialismo em países da

¹⁵⁵ “Aqueles partidos que aproveitam largamente as possibilidades de acção política que oferecem certas democracias burguesas, que conquistam nessa base o apoio de amplas massas populares, que lutam insistentemente por reformas, que procuram reforçar as suas posições nos parlamentos e, na base do alargamento de alianças, utilizam as eleições e os parlamentos para impor mudanças políticas favoráveis ao prosseguimento do processo revolucionário, não “desistem da revolução e da tomada do poder”, antes preparam as condições para uma coisa e outra”, ÁLVARO CUNHAL, “A situação...”, *Obras...*, vol. II, pp. 394 a 395.

¹⁵⁶ Vide ponto XI da *Proposta Acerca da Linha Geral do Movimento Comunista Internacional*, <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1963/06/14.htm>

¹⁵⁷ *Declaration of Communist and Workers' Parties of the Socialist Countries*, November, 1957, in <https://www.marxists.org/history/international/comintern/sino-soviet-split/other/1957declaration.htm>. Vide ponto IV: “Leninism teaches, and experience confirms, that the ruling classes never relinquish power voluntarily”.

¹⁵⁸ *Statement of 81 Communist and Workers Parties*, November, 1960, in <https://www.marxists.org/history/international/comintern/sino-soviet-split/other/1960statement.htm>. Vide ponto V: “Leninism teaches, and experience confirms, that the ruling classes never relinquish power voluntarily”.

democracia burguesa”¹⁵⁹. No entanto, em tese, para ÁLVARO CUNHAL, depois do derrube da ditadura era possível transitar pacificamente para o socialismo.

A situação no movimento comunista internacional é um texto que, embora tenha como principal objectivo solidificar o apoio do PCP ao PCUS, está, como vimos, inserido num processo interno de redefinição da linha ideológica do partido particularmente complexo e tenso. ÁLVARO CUNHAL e o PCP encontravam-se, no início dos anos sessenta, numa encruzilhada. Por um lado, a nível interno, procuravam superar as teses revisionistas representadas pela direcção de JÚLIO FOGAÇA, por outro, a nível internacional, a luta é contra o dogmatismo dos chineses e dos albaneses.

Com a expulsão de JÚLIO FOGAÇA em 1960 as teses do final dos anos cinquenta parecem definitivamente ultrapassadas. A cruzada contra o dogmatismo (que, em 1963, era reconhecido como o principal perigo¹⁶⁰) transforma-se na nova luta do PCP e, em particular, de ÁLVARO CUNHAL. Esta alteração de circunstâncias, esta nova procura da definição da verdade teórica do marxismo-leninismo, obriga o principal teórico do comunismo português à readaptação do discurso ao novo momento táctico.

2.5. Rumo à Vitória ou a solidificação de um *tertium genus*

Em Abril de 1964, ÁLVARO CUNHAL apresentou, ao Comité Central, o relatório *Rumo à Vitória – as tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*. Este texto constituiu a base do Relatório¹⁶¹ que foi apresentado mais tarde, em Setembro de 1965, ao VI Congresso do PCP realizado em Kiev. Este texto afirmou-se, desde a sua apresentação e posterior publicação, como um referencial ideológico-programático para

¹⁵⁹ ÁLVARO CUNHAL, “A situação...”, *Obras...*, vol. II, p. 395.

¹⁶⁰ “Na sua reunião de Janeiro do ano corrente [1963], o Comité Central do nosso Partido, estudando a situação existente no Movimento Comunista internacional, concluiu que, “podendo em alguns partidos o oportunismo de direita continuar a ser o perigo principal, no conjunto do movimento comunista internacional o principal perigo da hora presente é o dogmatismo” (...). Em 1960, os 81 partidos comunistas e operários terminaram unidos na Conferência e o PC da China, que já então representava a tendência dogmática, sectária, esquerdista no movimento internacional, assinou a Declaração da Conferência que estabeleceu a linha geral do movimento comunista internacional”, ÁLVARO CUNHAL, “A situação...”, *Obras...*, vol. II, pp. 403 a 404.

¹⁶¹ ÁLVARO CUNHAL, *Obras Escolhidas*, “Relatório da Actividade do Comité Central ao VI Congresso do Partido Comunista Português”, vol. III (1964-1966), Lisboa, Edições «Avante!», 2010, pp. 279 a 415.

os comunistas portugueses¹⁶² e procurou, não apenas marcar o posicionamento do partido no contexto político da década de sessenta, mas também determinar o modelo adequado para “o derrubamento da ditadura fascista”¹⁶³.

Rumo à Vitória – as tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional tinha um propósito holístico e assumiu-se como um programa político transversal¹⁶⁴. Nesse sentido, procurava reflectir uma visão integral da sociedade portuguesa e os temas abordados vão desde a proposta de abolição dos monopólios e da defesa da reforma agrária, à luta pela “libertação de Portugal do domínio imperialista”, ou ao reconhecimento do direito à independência dos povos das colónias portuguesas.

O *leitmotiv* não deixava, porém, de assentar nos temas do Estado e da Revolução. Assim, defendia-se que na luta pela instauração de uma ordem democrática a “conquista do poder pelas forças democráticas” e a “instalação da liberdade política” não significava que as forças democráticas se limitassem a “tomar conta do Estado” e utilizassem “a máquina já pronta”, uma vez que o aparelho de poder do “Estado fascista nunca poderia servir a democracia”¹⁶⁵. O propósito era “destruir” o aparelho “do Estado fascista” uma vez que seria “uma verdadeira traição à causa da revolução democrática tomar conta da máquina do Estado com a ideia de utilizá-la”¹⁶⁶.

A retórica aparentava ser revolucionária¹⁶⁷, mas, talvez devido ao elevado sentido táctico de ÁLVARO CUNHAL que procurava, insistentemente, estabelecer pontos de contacto com o movimento oposicionista ao Estado Novo, não deixava de ser

¹⁶² «Trata-se de uma obra em cuja leitura muitas centenas de militantes fizeram a sua formação político-ideológica; continua a ser referência modelar para quem tem que enfrentar as complexas tarefas que a realidade de hoje coloca e persiste em a transformar revolucionariamente», FRANCISCO MELO, «Prefácio», *Obras...*, vol. III, p. vi.

¹⁶³ ÁLVARO CUNHAL, “Rumo à Vitória...”, *Obras...*, vol. III, p. 3.

¹⁶⁴ “*Rumo à Vitória* é um caso excepcional na história do marxismo português, sendo até à data a única tentativa global de fornecer ao mesmo tempo uma análise «concreta» da situação nacional e uma formulação de uma linha táctica e estratégica para o PCP (...). *Rumo à Vitória* foi também o primeiro texto de fundo sobre a situação interna do país em que a luta contra o esquerdismo tem um papel considerável (...). Cunhal, ou refere explicitamente o esquerdismo, ou pura e simplesmente não o refere, mas tem sempre em conta, na economia dos textos, a resposta às objecções esquerdistas a que se percebe ser muito sensível”, JOSÉ PACHECO PEREIRA, *Álvaro...*, Vol. 4, p. 307.

¹⁶⁵ ÁLVARO CUNHAL, “Rumo à Vitória...”, *Obras...*, vol. III, p. 106.

¹⁶⁶ ÁLVARO CUNHAL, “Rumo à Vitória...”, *Obras...*, vol. III, p. 107.

¹⁶⁷ Chega mesmo a citar LENINE quando afirma que “A tarefa que se coloca a classes que conquistam o poder é «não melhorar a máquina do Estado, mas demoli-la, destruí-la» (Lenine, *O Estado e a Revolução*, *Obras Completas*, ed. Francesa, vol. 25, p. 442)”, *ibidem*.

compromissória e anti-sectária e, nesse sentido, anti-revolucionária, sobretudo quando define o Estado democrático como “a classe operária e os seus aliados organizados como classes dominantes”¹⁶⁸. É a ideia da unidade, ideia segundo a qual a revolução se deveria fazer com aqueles que estivessem de “acordo para derrubar a ditadura fascista e instaurar as liberdades democráticas”¹⁶⁹, com as “forças democráticas”, sendo que a revolução se deveria materializar num “Governo Provisório”.

E quem eram os aliados que em conjunto participariam no novo arquétipo político? O Secretário-Geral comunista respondia: “o proletariado (operários industriais e assalariados rurais), o campesinato (pequenos e médios agricultores), a pequena burguesia urbana, sectores da média burguesia e da intelectualidade”¹⁷⁰. Se é certo que o autor reconhecia que a política de unidade proposta não “eliminava as contradições de classe”, tal não significa que tivesse uma resposta para o problema teórico de fundo do marxismo-leninismo e para as críticas que lhe eram dirigidas. A questão era, aliás, particularmente complexa, na medida em que o autor reconhecia que para que existisse unidade seria necessário que “um programa mínimo comum” mais “limitado que o Programa do Partido”¹⁷¹.

A apologia da existência de um movimento unitário não era incompatível com a proposta de conquista do poder político através de uma revolução. ÁLVARO CUNHAL acreditava que o povo português estava convencido de que “para derrubar a ditadura fascista e instaurar a democracia” seria necessário “o recurso à força”¹⁷². Embora admitisse a possibilidade de, em determinadas condições, as “classes dominantes, batidas pela luta popular e pela guerra colonial” procurarem “uma solução pacífica” e de, nessas circunstâncias, se poder aproveitar tal oportunidade,

¹⁶⁸ ÁLVARO CUNHAL, “Rumo à Vitória...”, *Obras...*, vol. III, p. 108.

¹⁶⁹ ÁLVARO CUNHAL, “Rumo à Vitória...”, *Obras...*, vol. III, p. 109.

¹⁷⁰ ÁLVARO CUNHAL, “Rumo à Vitória...”, *Obras...*, vol. III, p. 112.

¹⁷¹ “Como o Partido tem sublinhado, de todas as classes que participam no movimento democrático nacional só o proletariado está em condições de lutar consequentemente até ao fim por todos os objectivos políticos fundamentais da revolução democrática. Por isso, se algum agrupamento ou personalidade do movimento unitário se disser disposto a adoptar o programa do Partido como programa comum, nem por isso devemos acreditar que as forças políticas participantes no movimento unitário estejam dispostas a adoptá-lo. E se radicais pequeno-burgueses e anarquizantes vierem propor a adopção, como programa, de pontos que, nas condições presentes, não contribuiriam para a unidade das forças democráticas, mas para a sua divisão, não devemos deixar de rejeitar a proposta, mesmo que (como agora é moda) acusem o Partido de «estar à direita» de outros... No quadro actual das forças políticas no nosso país, um programa mínimo comum é necessariamente mais limitado que o programa do Partido para a actual fase da revolução”, ÁLVARO CUNHAL, “Rumo à Vitória...”, *Obras...*, vol. III, p. 119.

¹⁷² ÁLVARO CUNHAL, “Rumo à Vitória...”, *Obras...*, vol. III, p. 134.

entendia que, no contexto então existente, tal não era provável¹⁷³ sendo, por conseguinte, impossível transitar legalmente para o socialismo. As tensões ideológicas que marcaram o movimento comunista internacional na transição das décadas de cinquenta para sessenta continuavam (assim parecia) por ultrapassar.

A ideia do recurso à força significava, para o líder comunista (e assim foi definido como doutrina oficial do partido) “levantamento nacional”, “insurreição popular”, “luta armada do povo e dos militares revolucionários”¹⁷⁴. Para tal, era necessário que as condições estivessem maduras¹⁷⁵, o que, na sua perspectiva, não se verificava naquele momento (“Não existe ainda uma situação revolucionária, mas todos estes factos objectivos são indícios da sua aproximação”¹⁷⁶). Assim, constituía tarefa do partido “não só impulsionar a luta popular que, por si, agrava a crise do regime, como preparar-se para poder conduzir o povo à luta decisiva e final na situação revolucionária que se aproxima”¹⁷⁷.

O levantamento de massas defendido pelo Secretário-Geral comunista não se poderia, contudo, confundir um *putsch*, ou seja, “uma «conspiração» feita à margem da luta popular”¹⁷⁸ ou “*uma* ou *várias* manifestações de massas por muito grandiosas que sejam”¹⁷⁹. Destarte, defendia que o motor da revolução, o “único caminho para o levantamento nacional” teria de ser “a luta popular de massas”¹⁸⁰.

¹⁷³ “Num Estado fortemente centralizado como é a ditadura fascista, com um aparelho militar, policial e judicial cuidadosamente organizado e depurado; num Estado onde não existem quaisquer liberdades e as mais modestas reclamações recebem a violência como única resposta; num Estado em que os círculos governantes manifestam a sua firme determinação de resistir pelas armas até ao fim; num tal Estado, defender a via pacífica como a mais viável, seria, parafraseando uma expressão de Engels «tirar a parra ao fascismo e cobrir com ela a nudez do próprio corpo». Só por ingenuidade imprópria de dirigentes políticos se poderia pretender desarmar e vencer um bandido armado até aos dentes e de armas aperradas empurrando-o com as mãos”, *ibidem*.

¹⁷⁴ ÁLVARO CUNHAL, “Rumo à Vitória...”, *Obras...*, vol. III, p. 136.

¹⁷⁵ “Para nós, marxistas-leninistas, que não esqueçamos os ensinamentos de Lénine, significa duas coisas: significa por um lado existir uma situação revolucionária (condições objectivas); significa por outro lado estarem as classes revolucionárias preparadas para conduzir a acção decisiva a derubar o poder existente (condições subjectivas)”, *ibidem*.

¹⁷⁶ ÁLVARO CUNHAL, “Rumo à Vitória...”, *Obras...*, vol. III, p. 137.

¹⁷⁷ *Ibidem*.

¹⁷⁸ ÁLVARO CUNHAL, “Rumo à Vitória...”, *Obras...*, vol. III, p. 138.

¹⁷⁹ ÁLVARO CUNHAL, “Rumo à Vitória...”, *Obras...*, vol. III, p. 139.

¹⁸⁰ ÁLVARO CUNHAL, “Rumo à Vitória...”, *Obras...*, vol. III, p. 150. “Considerando o panorama da luta popular nos últimos anos, verifica-se que as lutas reivindicativas dos operários industriais, as lutas dos assalariados agrícolas por melhores jornas e pelas 8 horas, as lutas de soldados e oficiais contra a guerra colonial, as lutas dos estudantes pela autonomia da universidade e o direito associa-

Este caminho (os seus objectivos e a metodologia específica que permitiria a sua concretização) estava profundamente detalhado em *Rumo à Vitória – as tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional* e era, aliás, uma das suas partes mais relevantes.

No entanto, ÁLVARO CUNHAL não se limitou a definir, pela positiva, a estratégia para o derrube da ditadura do Estado Novo. Ao mesmo tempo que apresentava as tarefas do partido lançava um alerta para as “tendências erradas”: “o terrorismo, o golpismo e o legalismo”¹⁸¹. Em certo sentido, essas “tendências erradas” sintetizavam uma parte das críticas dirigidas anteriormente quer contra o “desvio de direita” do partido do final dos anos cinquenta, quer contra o alinhamento dogmático de chineses e albaneses no dealbar da década de sessenta. Mais uma vez, o líder comunista procurava, nas críticas ao terrorismo e golpismo por um lado, e ao legalismo por outro, traçar a bissetriz do movimento comunista internacional representado pela posição soviética.

A condenação ao golpismo era particularmente enfática. No entendimento do autor, o golpe era essencialmente defendido pelo “radicalismo pequeno-burguês” que através do “revolucionarismo verbal” propugnava a “acção violenta imediata” ou a “luta armada imediata”¹⁸². Esta tendência “anarquista”, na sua opinião, causava enormes prejuízos uma vez que inspirava “as forças democráticas a afastarem-se das suas tarefas essenciais, instantes, imediatas, sem realizar as quais nunca” poderiam “vir a lançar uma insurreição vitoriosa”¹⁸³.

Para ÁLVARO CUNHAL as tendências golpistas erravam ao “encarar a acção decisiva contra a ditadura como uma questão que «compete aos militares» (mais concretamente: aos oficiais) e a sua preparação independente da evolução política, da in-

tivo, as lutas dos intelectuais em defesa da cultura, as lutas abertamente políticas exigindo a demissão do governo e as liberdades democráticas, separadas umas vezes, coincidindo noutras, travadas em níveis diferentes, tomando formas variadas que vão desde a modesta reclamação de uma comissão a greves e grandiosas manifestações de rua, multiplicam os pontos de ataque contra a ditadura, influenciam-se e animam-se reciprocamente e dão uma forma cada vez mais nítida e indicam uma direcção cada vez mais clara a todo o movimento anti-fascista. Em todas essas lutas, vistas em conjunto, se verifica como as energias populares, acumuladas em longos anos de sofrimento e de resistência à política fascista, começam a irromper simultaneamente em múltiplos lados, unificando-se numa mesma vaga revolucionária”, ÁLVARO CUNHAL, “Rumo à Vitória...”, *Obras...*, vol. III, p. 151.

¹⁸¹ ÁLVARO CUNHAL, “Rumo à Vitória...”, *Obras...*, vol. III, p. 212.

¹⁸² *Ibidem*.

¹⁸³ ÁLVARO CUNHAL, “Rumo à Vitória...”, *Obras...*, vol. III, p. 213.

tensidade e do grau do movimento popular, da radicalização política das massas”¹⁸⁴. Assim, defendia que o sucesso do golpe dependia “em larga medida do ambiente revolucionário existente num momento dado”¹⁸⁵ e assumia que a concepção sustentada pelo partido se edificava em torno do movimento revolucionário criado pela luta popular¹⁸⁶.

3. Considerações finais

Em Novembro de 1967, na *Revista “O Militante”*, ÁLVARO CUNHAL publicava *A Questão do Estado, Questão Central de cada Revolução*.

Este texto, surgido para comemorar o quinquagésimo aniversário da Revolução de Outubro, era, por um lado, o corolário teórico da discussão introduzida, com especial fulgor, no dealbar da década de sessenta a propósito da correcção do desvio de direita e, por outro, o desenvolvimento e a concretização da ideia apresentada em *Rumo à Vitória – as tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional* (inspirada em KARL MARX) segundo a qual “a máquina do Estado fascista nunca poderia servir a democracia”¹⁸⁷.

Importa salientar que, no âmbito do pensamento marxista-leninista e no contexto do processo revolucionário, o problema do Estado se apresenta como a questão central. ÁLVARO CUNHAL reconhece-o¹⁸⁸ e, analisando as obras de KARL MARX, FRIEDRICH ENGELS e LENINE, não pode deixar de o afirmar. Assim, inspirado pelo autor russo, alertava que não poderiam existir ilusões sobre a possibilidade de uma

¹⁸⁴ ÁLVARO CUNHAL, “Rumo à Vitória...”, *Obras...*, vol. III, pp. 218 a 219.

¹⁸⁵ *Ibidem*.

¹⁸⁶ “Temos concepções diferentes do desenvolvimento do processo revolucionário. Para nós, as condições subjectivas para um movimento revolucionário vitorioso têm de ser criadas pela luta popular e por um tenaz trabalho de organização, e o desenvolvimento da organização revolucionária nas forças armadas depende em larga medida do desenvolvimento da luta popular (...) Para nós, as forças democráticas devem preparar, através das lutas de massas e do trabalho de organização, a insurreição nacional, na qual os militares (soldados e oficiais) têm um importante papel a desempenhar”, ÁLVARO CUNHAL, “Rumo à Vitória...”, *Obras...*, vol. III, pp. 221 a 222.

¹⁸⁷ ÁLVARO CUNHAL, “Rumo à Vitória...”, *Obras...*, vol. III, p. 106.

¹⁸⁸ “A correcta compreensão da natureza do Estado é essencial para toda a acção revolucionária do proletariado, particularmente quando se coloca na ordem do dia a tomada do poder”, ÁLVARO CUNHAL, *A questão...*, p. 19.

revolução “se o proletariado e as classes oprimidas se limitassem a *tomar conta* do aparelho de Estado, cuidando poder utilizá-lo contra a burguesia”¹⁸⁹. O objectivo passava por “destruir o Estado burguês” e construir um outro, ditatorial, “dos operários e dos camponeses”, “sob a direcção da classe operária” capaz de quebrar “a resistência decerto encarniçada da burguesia” e apto para assegurar “a transformação revolucionária da sociedade capitalistas em sociedade socialista”¹⁹⁰.

Apesar do conhecimento profundo dos textos clássicos do marxismo e do vocabulário aparentemente revolucionário utilizado, o Secretário-Geral comunista prosseguia na senda de um discurso conciliatório e, talvez, resultado das tensões internas no PCP e no movimento comunista internacional, pendia entre o radicalismo das fórmulas do marxismo-leninismo e uma postura apaziguadora em relação a potenciais aliados que, provavelmente, admitia como sendo necessários para o processo inicial de conquista do poder¹⁹¹.

Não se nega que nos textos de ÁLVARO DE CUNHAL se questionem e analisem os problemas teóricos centrais do marxismo-leninismo ou que se ensaie uma interpretação contemporânea e actualizada dos seus principais pressupostos¹⁹² em face das especificidades do caso português. As questões da luta de classes, da imprescindibilidade da revolução ou da ditadura do proletariado são abordadas em sentido próximo em relação às obras clássicas do marxismo-leninismo.

¹⁸⁹ ÁLVARO CUNHAL, *A questão...*, p. 23.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

¹⁹¹ “Nada tem também a ver com o marxismo-leninismo a posição de alguns «ultra-revolucionários» ao afirmarem que, nas condições do Portugal de hoje, a instauração das liberdades democráticas, se não fosse acompanhada pela conquista do poder pelo proletariado, seria ainda pior que a ditadura fascista, uma vez que representaria a consolidação do poder da burguesia, cuja crise se agrava nas condições do fascismo. O Partido Comunista Português não considera a revolução antifascista como uma revolução democrático-burguesa, mas como uma revolução democrática e nacional, de natureza profundamente popular. Mas insiste que o fim do fascismo e a instauração das liberdades fundamentais constituem um passo primeiro, fundamental e indispensável da revolução antifascista”, ÁLVARO CUNHAL, *A questão...*, p. 27.

¹⁹² “Então tem de concluir-se que não basta tomar conta do aparelho do Estado. É necessário destruir a «organização da violência», o «poder especial de repressão» que os monopólios, os latifundiários, os sectores mais reacçãoários da burguesia, criam e organizam cuidadosamente ao longo de dezenas de anos para seu uso e sua defesa. É necessário construir um aparelho de Estado capaz de assegurar a realização dos objectivos políticos, sociais e económicos e culturais da revolução antifascista, capaz de esmagar a resistência (que não deixará de ser encarniçada) das classes desalojadas do poder, capaz de defender o novo regime das tentativas de contra-revolução e mesmo de uma eventual intervenção estrangeira. Sem um tal Estado, a democracia não será viável em Portugal”, ÁLVARO CUNHAL, *A questão...*, pp. 49 a 50.

No entanto, não se pode ignorar que ao anuir na tese da transição pacífica (ainda que não a tenha reconhecido como proposta adequada à situação portuguesa da década de sessenta), ao assentir que era possível, em determinadas circunstâncias, transitar de uma sociedade capitalista para uma sociedade socialista sem a necessidade de uma revolução violenta¹⁹³, admitia, em termos teóricos e em última instância, a negação da indispensabilidade da luta de classes, uma vez que, aceitar a possibilidade da via pacífica, é negar a tese de que a luta de classes é um factor teórico determinante para alcançar o socialismo e, posteriormente, o comunismo.

Os textos de ÁLVARO CUNHAL examinados relevam pouca profundidade. É possível que a conjuntura internacional da transição da década de cinquenta para a década de sessenta, que as fracturas no movimento comunista internacional, que as particularidades internas de um partido de pequena dimensão, clandestino e externamente dependente num país sob o jugo de um sistema ditatorial, tenham condicionado a narrativa e a análise teórica do líder comunista. O contexto foi determinante e embora em *Rumo à Vitória – as tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional* tenha definido, com precisão, a sua proposta para o partido foi incapaz de apresentar uma leitura rigorosa dos problemas do Estado e da Revolução e, sobretudo, insciente no processo de superação das críticas daqueles que ficariam com o epíteto de dogmáticos ou esquerdistas.

O exercício de equilibrismo de ÁLVARO DE CUNHAL (é provável que não tenha tido outra opção) conduziu-o, fatalmente, à desvalorização da luta de classes e do materialismo histórico-dialéctico. Admitir, ainda que por mera hipótese (como foi o caso), a possibilidade de transição pacífica para o socialismo constituiu uma cedência inaceitável às teorias revisionistas e, em certo sentido, consubstanciou-se numa das suas correntes.

Bibliografia

BROWN, ARCHIE, *Ascensão e Queda do Comunismo*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2010;

¹⁹³ “Os comunistas rejeitam dissimular as suas perspectivas e propósitos. Declaram abertamente que os seus fins só podem ser alcançados pelo derrube violento de toda a ordem social até aqui. Podem as classes dominantes tremer ante uma revolução comunista! Nelas os proletários nada têm a perder a não ser as suas cadeias! Têm um mundo a ganhar”, KARL MARX e FRIEDRICH ENGELS, *Manifesto...*, pp. 72 a 73.

CARDINA, MIGUEL, *Margem de Certa Maneira. O maoísmo em Portugal: 1964-1974*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011;

COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, *As divergências entre o camarada Togliatti e nós: editorial do “Diário do Povo” de Pequim de 31 de Dezembro de 1962*, Pequim, Edições em língua estrangeira, 1963;

– *De onde procedem as divergências? – resposta ao camarada Thorez e outros camaradas*, Pequim, Edições em língua estrangeira, 1963;

– *A Proposal Concerning the General Line of the International Communist Movement*, Peking, Foreign Languages Press, 1963;

COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTAS PORTUGUÊS, *A Situação Política Actual e a Posição do PCP*, Edições «Avante!», 2.^a edição, 1957;

CUNHA, ADELINO, *Júlio de Melo Fogaça*, Lisboa, Desassossego, 2018;

CUNHAL, ÁLVARO, *A Questão do Estado, Questão Central de cada Revolução*, Lisboa, Edições «Avante!», 2.^a edição, 2007;

– *Obras Escolhidas*, “A tendência anarco-liberal na organização do trabalho de direcção”, vol. II (1947-1964), Lisboa, Edições «Avante!», 2008;

– *Obras Escolhidas*, “O desvio de direita nos anos 1956-1959 (Elementos de Estudo)”, vol. II (1947-1964), Lisboa, Edições «Avante!», 2008;

– *Obras Escolhidas*, “A situação no movimento comunista internacional”, vol. II (1947-1964), Lisboa, Edições «Avante!», 2008;

– *Obras Escolhidas*, “Rumo à Vitória”, vol. III (1947-1964), Lisboa, Edições «Avante!», 2008;

– *Obras Escolhidas*, “Relatório da Actividade do Comité Central ao VI Congresso do Partido Comunista Português”, vol. III (1964-1966), Lisboa, Edições «Avante!», 2010;

– “*Ensinamentos de Uma Série de Traições*”, in Revista “*O Militante*”, ano 28.º, III Série, N.º 110, Maio de 1961;

EDITORIAL DEPARTMENT OF “HONGQI”, *Long Live Leninism*, Peking: Foreign Languages Press, 1960;

ENGELS, FRIEDRICH, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Lisboa, Edições «Avante!», 2002;

KENEZ, PETER, *História da União Soviética*, Lisboa, Edições 70, 2015;

KRUCHTCHEV, NIKITA, *Relatório Secreto de Nikita Kruchtchev ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética*, Trad. Júlio Carrapato, Faro, Livros Sotavento, 1981;

LENINE, *O Estado e a Revolução*, Lisboa, Edições «Avante!», 4.^a edição, 2011;

– “Que Fazer?”, in **LENINE**, *Obras Escolhidas em três tomos*, Lisboa, Editorial «Avante!», 1981, Tomo I;

LOPES, MARIA FILOMENA ROCHA, *Júlio de Melo Fogaça na organização comunista*, Lisboa, 2015;

MADEIRA, JOÃO, *História do Partido Comunista Português: Das origens aos 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013;

– *Francisco Martins Rodrigues. Documentos e papeis da clandestinidade e da prisão*, Lisboa, Editores Ela por Ela e Abrente, 2015

MARX, KARL, “A Burguesia e a Contra-Revolução”, in **MARX e ENGELS**, *Obras Escolhidas em três tomos*, Lisboa, Edições «Avante!», 1982, Tomo I;

– “As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850”, in **MARX e ENGELS**, *Obras Escolhidas em três tomos*, Lisboa, Edições «Avante!», 1982, Tomo I;

– “O 18 de Brumário de Louis Bonaparte”, in **MARX e ENGELS**, *Obras Escolhidas em três tomos*, Lisboa, Edições «Avante!», 1982, Tomo I;

– *Para a Questão Judaica*, Lisboa, Edições «Avante!», 1997;

MARX, KARL e ENGELS, FRIEDRICH, *Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa, Edições «Avante!», 1997;

– *Collected Works*, vol. 40, Lawrence & Wishart, 2010;

PACHECO PEREIRA, JOSÉ, *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, Vol. 3: O Prisioneiro (1949-1960), Lisboa, Temas e Debates, 2.^a edição, 2006;

– *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, Vol. 2: “Duarte”, o Dirigente Clandestino (1941-1949), Lisboa, Temas e Debates, 2001;

– *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, Vol. 1: “Daniel”, O Jovem Revolucionário (1913-1941), Lisboa, Temas e Debates, 1999;

– *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, vol. 4, O Secretário-Geral (1960-1968), Lisboa, Temas e Debates, 2015;

– “*O Um Dividiu-se em Dois*”, *Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-65)*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2008;

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, “O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética”, «Avante!», ano 24.º, VI série, n.º 212, Abril de 1956;

PINTO, JOSÉ MANUEL MILHAZES, “Quando a Internacional Comunista Cortou com o PCP”, in *História*, Ano XVIII, n.º 17, 1996;

PRIESTLAND, DAVID, *A Bandeira Vermelha – História do Comunismo*, Alfragide, Texto Editores, 2013;

RAMIRO, *A Unidade das Forças Anti-Salazaristas Factor Decisivo para a Libertação Nacional*, Edições «Avante!», Outubro de 1957;

SASSOON, DONALD, *Cem Anos de Socialismo*, Lisboa, Contexto, vol. I, 2001;